



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição" ou "Fomento Paraná") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o Estado do Paraná como acionista majoritário. A autorização para criação da Instituição foi dada pela Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997, e o Banco Central do Brasil concedeu a autorização de funcionamento em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). O capital social autorizado é de quatro bilhões de reais. É uma Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, buscando ampliar a base produtiva e promover a inovação no Paraná. Financia projetos dos municípios paranaenses para a execução de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros. E concede crédito para empreendedores informais e de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento de negócios em todas as regiões do estado. A Fomento Paraná é gestora de fundos públicos estaduais de desenvolvimento, garantidores ou de aval e também participa como cotista de fundos de investimento em participação focados em projetos de inovação. Desenvolve e é cotista do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios das Cadeias Produtivas do Agronegócio (FIDC AGRO PARANÁ). Responde, ainda, pela gestão e cobrança da carteira de ativos do Estado do Paraná, oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado e do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP).

MISSÃO

"Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense."

VISÃO DE FUTURO

"Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná."

VALORES

"Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação."

MENSAGEM DA DIRETORIA

O cenário inicial de 2025 para a Fomento Paraná estava nublado. A dependência de recursos de repasses para operações de crédito e o patamar da taxa Selic pressionavam os custos ao cliente final. É uma situação que vem impactando a atividade econômica em todo o país e retardando a tomada de decisão de novos investimentos. Ao mesmo tempo empreendedores e as cadeias produtivas em geral buscam alternativas de financiar seus projetos. Foi com a intenção de oferecer uma alternativa de custeio de investimentos voltados principalmente ao agronegócio - força motriz da economia estadual - que o Governo do Estado e a Fomento Paraná apresentaram na Bolsa de Valores B3, em abril de 2025, o novo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Agronegócio (FIDC AGRO PARANÁ), a partir de recursos aportados pelo Estado no capital da Instituição. Foi um marco na trajetória da Instituição, que foi alçada a um novo patamar ao criar uma alternativa aos recursos do crédito rural para financiar investimentos e impulsionar o crescimento da agroindústria paranaense. O apoio do acionista majoritário foi ainda mais importante no movimento seguinte, com um novo aporte de recursos ao capital da Instituição, visando facilitar e ampliar o apoio aos pequenos negócios. A Instituição fez uma revisão da política de juros e das condições das linhas de crédito. A taxa Selic, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), principal fator indexador na definição do custo do dinheiro captado de instituições diversas, deu lugar ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o índice oficial de inflação do Brasil, medido pelo IBGE. Com isso foram reduzidos sensivelmente os juros nas linhas Fomento Taxistas, Microcrédito Fácil e Fomento Giro Fácil. Foi feita uma pequena campanha de marketing e rapidamente as novas taxas foram percebidas pelo mercado. Registramos um aumento de 41% na liberação de crédito no terceiro trimestre em relação aos anteriores, com dois recordes consecutivos em liberações do microcrédito, em setembro e outubro. Fechamos o ano superando R\$ 103 milhões em liberações de operações de microcrédito. Quase 10 mil pequenos negócios em 327 dos 399 municípios paranaenses foram beneficiados - 67% desses recursos alcançaram localidades que registram IPDM-Renda Baixo ou Médio Baixo, gerando impacto social relevante. Adicionalmente, foram reduzidas as taxas dos financiamentos destinados aos municípios paranaenses para a execução de obras, aquisição de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de projetos de eficiência energética, entre outras finalidades, no âmbito do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), aplicáveis às novas contratações a partir de dezembro. Permanecemos trabalhando de forma coordenada no Sistema Paranaense de Fomento, com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Invest Paraná. Da mesma forma no Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), em parceria com a Secretaria das Cidades e o Paranaidade, focados na melhoria da infraestrutura, oferta de serviços públicos e da qualidade de vida nas cidades. Estamos trabalhando fortemente na temática Ambiental, Social e Governança (ASG) visando consolidar as atividades desenvolvidas pela empresa, e assim, melhorar a reputação corporativa e atração de investimentos.

PRINCIPAIS INDICADORES DO EXERCÍCIO

Início das atividades	08/11/1999
Capital Social Integralizado	R\$ 3.022,8 milhões
Ativo Total	R\$ 4.322,3 milhões
Carteira de Operações de Crédito (1)	R\$ 1.777,1 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 3.502,3 milhões
Patrimônio de Referência	R\$ 1.293,2 milhões
Lucro Líquido	R\$ 299,1 milhões
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	9,55%
Índice de Basileia	107,21%
Desembolsos no ano	R\$ 545,1 milhões
Contratos no ano	8.735
Municípios atendidos no ano	327
Capital destacado SFM	R\$ 2.213,0 milhões
Recursos captados no ano	R\$ 97,2 milhões

(1) Representa o saldo contratual do cliente, sem os efeitos das receitas e das despesas relativas aos custos de transação diferidos, previstos na resolução BCB nº 352 Art.90.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Fomento Paraná atua alinhada ao Plano de Governo e às políticas públicas do Estado do Paraná para promover a geração de emprego e renda e impulsionar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. A Instituição compõe o Sistema de Financiamento aos Municípios - SFM, em conjunto com a Secretaria das Cidades e o Serviço Social Autônomo Paranaidade, para financiar projetos de desenvolvimento urbano para os municípios. Também atua de forma coordenada com o BRDE e a Invest Paraná, no Sistema Paranaense de Fomento. A Instituição opera por meio de um modelo de cooperação com prefeituras municipais e contratos de prestação de serviços com associações comerciais e sociedades empresariais para intermediação de operações de crédito. A Fomento Paraná é responsável pela gestão operacional e financeira de fundos públicos de desenvolvimento, fundos garantidores ou de aval e é cotista de fundos de investimento e participação (FIPs) estruturados para apoiar empreendimentos inovadores e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) voltados para investimentos no agronegócio paranaense.

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

A Fomento Paraná atua com ênfase no apoio aos pequenos negócios e em projetos para melhoria da infraestrutura urbana para municípios de qualquer porte. Os financiamentos podem ser feitos com recursos próprios ou por meio de repasses de organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de Desenvolvimento.

OPERAÇÕES DO SETOR PÚBLICO

A carteira de operações do Setor Público corresponde a 63,1% da carteira total e somou R\$ 1.120,8 milhões em 31 de dezembro de 2025. Mais de 98% dessas operações são referentes ao Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), efetuadas com recursos integralizados ao capital e destacados junto ao Banco Central do Brasil, que totalizam R\$ 2.213,0 milhões. As operações do Setor Público financiam projetos e obras de melhoria da infraestrutura urbana e mobilidade, principalmente pavimentação de vias urbanas. Também são financiáveis a aquisição de equipamentos rodoviários, a construção de escolas, postos de saúde, ciclovias, aquisição de áreas para parques industriais, aeroportos, centros de convivência, centros culturais, ginásios de esportes, parques, praças, sistemas de abastecimento e gerenciamento de resíduos, melhoria da eficiência energética, uso de energias alternativas, infraestrutura tecnológica, projetos de engenharia e outros. De janeiro a dezembro de 2025 foram contratadas 45 novas operações somando R\$ 249,1 milhões. As liberações dessa carteira somaram R\$ 276,7 milhões no ano.

OPERAÇÕES DO SETOR PRIVADO

As operações do Setor Privado atualmente correspondem 36,9% da carteira de crédito total, somando R\$ 656,3 milhões, referentes a 32.317 contratos ativos em 31 de dezembro de 2025. **Microcrédito:** O Programa de Microcrédito da Fomento Paraná foi iniciado em 2000 e atualmente representa 30,8% da carteira de operações do Setor Privado. O Microcrédito funciona por meio de parcerias com os municípios, com agentes de crédito que atendem empreendedores informais, MEIs e microempresas. Em dezembro de 2025 a rede de agentes contava com 300 municípios conveniados. O programa usa recursos próprios ou captados de instituições como BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). As taxas de juros são equalizadas com subsídios do Governo do Estado, por meio do Fundo de Equalização do Microcrédito e pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico, no âmbito do Programa Paraná Recupera. O microcrédito é limitado a até R\$ 10 mil para pessoa física e até R\$ 20 mil para pessoa jurídica com faturamento anual de até R\$ 360 mil. De janeiro a dezembro foram liberados R\$ 103,4 milhões, totalizando 8.514 operações de microcrédito. **Empreendimentos de Micro, Pequeno e Médio Porte:** A Fomento Paraná também financia empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com valores acima de R\$ 20 mil, limitados a

até R\$ 26 milhões, por projeto de investimento, que envolva inovação tecnológica, aquisição de bens e capital de giro puro ou associado. Os recursos podem ser próprios ou de repasse de organismos e instituições financeiras de desenvolvimento como BNDES, FINEP e FUNGETUR. O atendimento é feito por intermédio da rede correspondentes credenciados, ou diretamente na sede da empresa, bem como por meio da plataforma digital, no portal institucional www.fomento.pr.gov.br. Em 31 de dezembro havia 236 entidades ou empresas credenciadas como correspondentes. De janeiro a dezembro as liberações de crédito neste segmento somaram R\$ 165,0 milhões.

GESTÃO DE FUNDOS

Por determinação legal, a Fomento Paraná atua também na gestão operacional e financeira de diversos fundos públicos. **Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE):** O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), instituído pela Lei Estadual nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, é o principal fundo gerido pela Fomento Paraná. O FDE é destinado a fornecer apoio financeiro aos setores público e privado, por meio de operações especiais de crédito, de participações societárias e subvenções para redução de taxas de juros em programas e linhas de crédito, para estimular o desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Os recursos do FDE são usados nos seguintes programas de governo: **• Seguro Rural:** O FDE subvenciona o Prêmio do Seguro Rural de 29 culturas agrícolas do Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar, gerenciado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB). A subvenção é limitada a 20% do valor do prêmio total, não excedendo o limite de R\$ 4.400,00, por cultura ou espécies animais por CPF e de R\$ 8.800,00 por ano civil por CPF. As subvenções decorrentes desse Programa acumularam durante o ano de 2025 um total de R\$ 10,1 milhões, referentes a 3.280 apólices. **• Equalização:** O FDE é fonte de recursos para redução de taxas de juros (subvenção econômica) em vários programas e linhas de financiamento: **• Redução de 7,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco da Mulher Paranaense;** **• Redução de 5,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco do Empreendedor;** **• Redução de juros em operações do Setor Privado, em operações de até R\$ 500 mil, pelo programa Paraná Recupera, para empreendimentos de municípios em situação de emergência homologada pelo Estado;** **• Redução de juros em operações do Setor Público, nas linhas do Sistema de Financiamento aos Municípios, pelo programa Paraná Recupera;** **• Redução de taxas do SFM em financiamentos para municípios com IPDM abaixo de 0,7, para aplicações específicas, como implantação de barracões industriais e comerciais; instalação de coworkings; equipamentos para feiras livres; usinas fotovoltaicas; entre outros objetos;** e **• Subsídio das taxas de juros no Programa Paraná Mais Emprego - Banco do Agricultor Paranaense nas operações de crédito rural contratadas pelas instituições financeiras conveniadas.** **• Banco do Agricultor Paranaense:** O Programa Paraná Mais Emprego na versão rural, denominada Banco do Agricultor Paranaense, subsidia com recursos do FDE os juros das operações de crédito rural contratadas pelas instituições financeiras conveniadas junto ao Banco do Brasil (BB), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e as cooperativas de crédito Cresol Baser, Sicredi e Sicoob. São atendidos com a subvenção principalmente agricultores que acessam o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF); produtores rurais; agroindústrias familiares; cooperativas da agricultura familiar; cooperativas de produção; projetos que utilizem fontes renováveis de geração de energia; e projetos de irrigação por qualquer sistema, modalidade ou método. Desde o lançamento, em 2021, foram destacados pelo FDE R\$ 484,3 milhões para equalização de juros das operações contratadas perante as instituições financeiras conveniadas. Os valores são desembolsados ao longo dos exercícios subsequentes ao financiamento. De janeiro a dezembro de 2025, foram atendidos por meio deste programa 1.823 empreendimentos rurais com a liberação de R\$ 225,9 milhões em financiamentos, para os quais foram comprometidos R\$ 51,8 milhões em recursos do FDE para as subvenções de juros ao longo do tempo de amortização dos contratos. **• Banco do Empreendedor Paranaense:** O Programa Paraná Mais Emprego, em sua versão denominada Banco do Empreendedor Paranaense, autoriza o subsídio com recursos do FDE para a equalização da taxa de juros das operações contratadas junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Fomento Paraná. Em decorrência dos eventos extraordinários ocorridos em 2025, tanto em relação a calamidades climáticas, quanto à taxa aplicada pelos Estados Unidos da América a determinados setores da economia, e que causaram impacto direto em empresas paranaenses, o Conselho de Investimento do FDE, destacou R\$ 107,0 milhões para a equalização da taxa de juros em operações de crédito contratadas junto ao BRDE. **• Microcrédito:** Além das versões citadas, o Programa Paraná Mais Emprego autoriza também o subsídio com recursos do FDE para a equalização da taxa de juros em operações de microcrédito voltadas ao segmento rural contratadas pela Fomento Paraná, para as quais o Conselho de Investimento do FDE destacou R\$ 20 milhões. **Fundo de Aval Rural (FAR):** O Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná (FAR), instituído pela Lei Estadual nº 14.431, de 16 de junho de 2004, tem a finalidade de prover recursos para garantir a redução do risco nas operações contratadas por agricultores beneficiários do PRONAF, junto à rede bancária conveniada. Esse fundo foi paralisado e está sendo remodelado. A alteração da lei que instituiu o programa foi aprovada pela Assembleia Legislativa, por meio da Lei Estadual nº 22.136, de 9 de setembro de 2024. A alteração do Decreto Estadual nº 3.928, de 29 de novembro de 2004, que regulamenta o programa, está tramitando pelos órgãos do Governo do Estado, para que o fundo possa voltar a ser utilizado como garantia em operações de crédito. **Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM):** O Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM), instituído pela Lei Estadual nº 16.357, de 23 de dezembro de 2009, subsidia o pagamento de juros aos tomadores de crédito nas operações de microcrédito contratadas pela Fomento Paraná. O FEM proporciona a redução de 5,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros em operações de microcrédito do programa Banco do Empreendedor e uma redução de 7,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros das operações de microcrédito do programa Banco da Mulher Paranaense. Durante o ano de 2025 foram repassados à Fomento Paraná R\$ 6,1 milhões a título de equalização de juros em operações de crédito desse segmento. O valor repassado é referente a 20 mil contratos de microcrédito que tiveram a parcela mensal liquidada em dia, condição para obtenção do desconto pelo mutuário. **Fundo de Aval Garantidor (FAG/PR):** O Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FAG/PR), instituído pela Lei Estadual nº 19.478, de 30 de abril de 2018, disponibiliza recursos para garantias na concessão de aval às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar Estadual nº 163, de 29 de outubro de 2013. As garantias emitidas pelo FAG/PR de janeiro a dezembro de 2025 somaram R\$ 38,6 milhões, referentes a R\$ 48,0 milhões em operações contratadas pelas instituições conveniadas do Sistema Paranaense de Fomento, BRDE e Fomento Paraná. O FAG/PR pagou R\$ 1,01 milhão à Fomento Paraná a título de honras de avais dos contratos em que o Fundo figura como garantidor. **Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FIME/PR):** O Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR), instituído pela Lei Estadual nº 19.480, de 30 de abril de 2018, tem a finalidade de financiar ou subsidiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em microempresas ou empresas de pequeno porte estabelecidas no Paraná. Esse fundo é constituído com recursos do FDE e de receitas do programa Paraná Competitivo. Em 2025, o Fundo repassou à Fomento Paraná R\$ 364,0 mil pelo pagamento de equalização das taxas de juros de operações de crédito realizadas com recursos da FINEP, pagas em dia pelos clientes. Considerando-se os recursos originados do Programa Paraná Competitivo, aportados no Fundo, está sendo discutida a criação de uma nova linha de crédito a ser estruturada para ampliação da sua atuação. Em 31 de dezembro de 2025, o FIME/PR tinha saldo de R\$ 2,0 milhões em recursos para equalização de operações contratadas exclusivamente pela Fomento Paraná e um saldo total para operacionalização de R\$ 61,7 milhões.

FUNDOS INVESTIDOS

Fundo Garantidor para Investimentos (FGI): A Fomento Paraná é cotista do Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES - FGI). O fundo é usado como alternativa de garantia, ou garantia complementar, em operações de financiamento com recursos do BNDES; da FINEP; do FUNGETUR ou mesmo próprios, para projetos de empresas de micro, pequeno e médio porte. Em 31 de dezembro de 2025, a Fomento Paraná tinha limite de R\$ 73,0 milhões de margem para operações de crédito com esse tipo de garantia no âmbito do FGI. **Fundos de Investimento em Participação (FIP):** A Fomento Paraná é cotista de três fundos de investimento em participação: **Criatec3,** Sul Inovação e VC4, estruturados respectivamente pelo BNDES, FINEP e Trivella M3 Investimentos. Parte dos recursos dos fundos deve ser alocada em empreendimentos sediados no Paraná, em valor no mínimo equivalente aos aportes da Fomento Paraná. A Instituição já integralizou R\$ 9,3 milhões de um valor total subscrito para estes três fundos que soma R\$ 9,5 milhões. Foram aprovados aportes em dois novos fundos FIP, e ainda aguardam a subscrição prevista, que é de R\$ 5,0 milhões para cada um. **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC):** A Fomento Paraná estruturou um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC AGRO PARANÁ) destinado a apoiar investimentos na Cadeia Produtiva do Agronegócio no Estado do Paraná. Para isso a Instituição recebeu inicialmente dois aportes de recursos do acionista controlador, somando R\$ 350,0 milhões. As operações do FIDC AGRO PARANÁ foram iniciadas no primeiro semestre de 2025, com aporte total no valor de R\$ 261,0 milhões, tendo a Fomento Paraná como a cotista sênior. O FIDC AGRO PARANÁ I com patrimônio total R\$ 375,0 milhões, com a cooperativa C.Vale como cotista subordinada e o Sicredi o cotista mezanino, contou com a participação da Fomento Paraná no valor de R\$ 75,0 milhões. No segundo semestre foi feito um aporte para o FIDC AGRO PARANÁ II, com um total de R\$ 300,0 milhões, sendo R\$ 60,0 milhões da Fomento Paraná (cotista sênior) e R\$ 240,0 milhões da Seara (cotista subordinada), uma das principais empresas do setor alimentício no país. A expectativa com o FIDC AGRO PARANÁ é avançar até R\$ 2 bilhões em investimentos a partir da criação de fundos com esta característica. A Fomento Paraná elaborou também um segundo Edital de Chamada Pública para selecionar empresas interessadas em formar novos FIDCs voltados ao agronegócio paranaense.

Como cotista sênior a Instituição possui o direito a decidir sobre a Política de Investimentos dos fundos, tendo por base as estratégias do Estado para o setor, assim como receber os rendimentos pré-estabelecidos.

GESTÃO DE COBRANÇA

Cobrança de Ativos e Bens: A Fomento Paraná é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da carteira de desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde março de 2001. A Lei Estadual nº 20.743, de 05 de outubro de 2021, transferiu também para a Fomento Paraná a gestão e administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), que passaram a ser de titularidade do Estado do Paraná conforme a Lei Estadual nº 18.929, de 20 de dezembro de 2016.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Carteira de Crédito: A carteira de crédito da Fomento Paraná alcançou R\$ 1.777,1 milhões ao final do exercício de 2025. Houve crescimento de 3,8% em seis meses e de 0,3% em relação ao ano de 2024. A carteira do Setor Privado, que representa 36,9% da carteira total, apresentou crescimento de 10,4% em 12 meses. A alta foi puxada pela linha de crédito com taxas de juros reduzidas, lançada no segundo semestre de 2025, sendo liberados recursos próprios na ordem de R\$ 105,9 milhões. A carteira do Setor Público, que representa a maior fatia de crédito da Instituição (63,1%), sofreu retração de 5% no ano. **Fontes de Recursos:** As operações de crédito são realizadas com recursos próprios (capital livre ou integralizado ao capital social e destacado junto ao Banco Central) e com recursos captados por meio de repasses de instituições oficiais no país e no exterior, para as quais a Fomento Paraná atua como agente financeiro: BNDES; FINEP; CEF; Fungetur/Ministério do Turismo; BRDE e CAF. Em 2025, a Instituição recebeu um aporte de R\$ 200,0 milhões do acionista majoritário, o Estado do Paraná, para aumento de capital, visando a operacionalização de linha de crédito com recursos próprios. Dessa forma, houve uma redução de 58,3% na captação de recursos juntos aos agentes financeiros, em comparação ao ano de 2024. No ano foram captados R\$ 97,2 milhões em repasses, sendo destinados ao microcrédito R\$ 40,0 milhões desse total. **Desembolsos:** Os desembolsos de recursos, entre próprios e captados pela Fomento Paraná somaram R\$ 545,1 milhões, em 2025. Foram R\$ 268,4 milhões (49,2%) destinados para crédito ao Setor Privado e R\$ 276,7 milhões (50,8%) para o Setor Público. Do total de recursos liberados, R\$ 441,8 milhões (81,0%) são oriundos de recursos próprios e R\$ 103,4 milhões (19,0%) são oriundos de repasses. **Índice de Inadimplência:** No ano de 2025, a inadimplência total (acima de 90 dias) teve alta de 0,91 p.p. em relação ao exercício de 2024 e atingiu 2,11%. No Capital Livre (parcela do capital sobre o qual a Fomento Paraná tem liberdade de destinar recursos, tanto para operações com o Setor Privado quanto com o Setor Público) a inadimplência em 2025 foi de 5,72% - aumento de 2,12 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse avanço não necessariamente reflete deterioração na qualidade da carteira, mas está associado à nova metodologia de baixa de créditos da carteira, definida pela Resolução CMN nº 4.966, que mantém por mais tempo no ativo os créditos vencidos há mais de 360 dias, ampliando o impacto dessa faixa de risco no indicador. Excluindo-se o impacto da nova regulamentação, o índice teria atingido 3,76% em dezembro de 2025, com leve piora de 0,16 p.p. em relação a dezembro de 2024.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Lucro Líquido: O lucro líquido da Fomento Paraná no exercício de 2025 aumentou em 50,7% frente ao exercício anterior, com um total de R\$ 299,1 milhões frente aos R\$ 198,5 milhões registrados em 2024. O lucro líquido em 2025 reflete principalmente a rentabilidade obtida pela posição financeira aplicada em títulos e valores mobiliários, que possuem lastro em CDI/SELIC, e representam aproximadamente 58,3% dos ativos da Instituição. Destaca-se que a taxa Selic iniciou 2025 em um patamar anual de 12,25% e fechou o exercício de 2025 em 15,0% a.a. Além da evolução da taxa SELIC, o saldo médio aplicado em ativos financeiros foi impactado por aportes de recursos realizados pelo acionista majoritário, que nos últimos doze meses somaram R\$ 471,2 milhões. Comparativamente ao mesmo período de 2024, o saldo médio apresentou crescimento de 28,0% e as receitas desses ativos apresentaram aumento de 63,6% ao longo de 2025. As receitas de operações de crédito apresentaram alta de 13,7% no exercício, impulsionadas pelo aumento do saldo médio de aproximadamente 8,4% da carteira de operações, nos últimos doze meses. As despesas com pessoal e administrativas em 2025 apresentaram uma redução de 32,5%, somando R\$ 67,2 milhões frente a R\$ 99,6 milhões registrados no mesmo período de 2024. Essa redução deveu-se às novas práticas contábeis trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021, que levaram a uma diminuição de 62,2% das despesas administrativas relacionadas aos custos de origem na concessão de crédito. Na Fomento Paraná esse fator impacta nas comissões pagas ao Serviço Social Autônomo Paranaidade - agente técnico-operacional do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM) - e nas comissões pagas aos correspondentes de crédito, nas operações para o Setor Privado. Até 2024 essas comissões eram reconhecidas no resultado do período. A partir de 2025 passaram a ser apropriadas linearmente, juntamente com os juros da operação, conforme o prazo de realização dos instrumentos ao qual estão atrelados. Em 2024 o comissionamento do Paranaidade representava 66,6% do total de despesas administrativas. A partir da alteração normativa, houve uma variação na comparação dos resultados apurados no ano seguinte. Descontados os efeitos dessa comissão no total das despesas administrativas de 2024, verifica-se que houve um aumento de 13,2% no total das despesas administrativas globais no exercício de 2025. As despesas de pessoal apresentaram elevação de 6,7%, somando R\$ 45,8 milhões, frente a R\$ 42,9 milhões registrados no mesmo período de 2024. O aumento deveu-se, em parte, ao reajuste de 5,68% previsto na Convenção Coletiva dos Bancários de 2025. As despesas com provisões para perdas esperadas, associadas ao risco de crédito, somaram R\$ 24,7 milhões. A partir da adoção da Resolução CMN nº 4.966, essa provisão passou a ser mensurada pela metodologia simplificada, fator que foi relevante para elevar o estoque de provisão - de R\$ 9,8 milhões brutos e de R\$ 5,4 milhões no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários) - a partir de 1º de janeiro de 2025. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido alcançou a marca de R\$ 3.502,3 milhões em dezembro de 2025, com aumento de 27,0% no comparativo com dezembro de 2024 (R\$ 2.757,5 milhões). A evolução deveu-se aos aportes de capital feitos pelo acionista majoritário, na ordem de R\$ 471,2 milhões, e incorporação de Juros sobre o Capital Próprio destinados aos acionistas (referentes a 2024), na ordem de R\$ 167,1 milhões, e ainda a incorporação dos resultados gerados no exercício de 2025, na ordem de R\$ 108,0 milhões, que estão registrados em reservas de lucros. Houve um pequeno ajuste provocado pela adoção inicial dos requerimentos previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021 que afetaram o resultado do patrimônio líquido em R\$ 5,4 milhões. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE), respondeu a 9,55%, em 2025, frente a um retorno de 7,63% registrado no mesmo período do exercício anterior. **Ativos:** Os ativos totais alcançaram a marca de R\$ 4.322,3 milhões em dezembro de 2025. O incremento foi de 14,3% em relação à posição de dezembro de 2024 (R\$ 3.781,0 milhões). Os ativos totais são compostos por 39,4% de saldo de operações de crédito, líquidas de provisões para perdas; 58,3% em títulos e valores mobiliários e 2,3% de outros ativos.

DESTAQUES DO PERÍODO

* A Fomento Paraná apresentou na Bolsa de Valores B3 o novo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC AGRO PARANÁ), criado com base na Lei Federal nº 8.668, de 25 de junho de 1993. O projeto levou a constituição e dois FIDCs que receberam aportes no valor total de R\$ 561,0 milhões, sendo o primeiro no valor de R\$ 261,0 milhões, em parceria com a cooperativa agroindustrial C.Vale e o Sicredi, e o segundo, no valor de R\$ 300,0 milhões, em parceria com a Seara; **• Um novo chamamento público está em trâmite, para criação de novos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios do Agronegócio;** **• A Fomento Paraná reformou a Política de Juros para substituir a Taxa Selic - definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - pelo Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA), que corresponde à taxa de inflação, como indexador para precificação de custos nas operações de crédito realizadas com recursos aportados pelo Estado no capital da instituição;** **• A mudança da Política de Juros permitiu modificar as condições de linhas que se utilizam de recursos próprios e baixar a taxa de juros das linhas Fomento Taxistas, Microcrédito Fácil, Banco da Mulher Paranaense e Fomento Giro Fácil - que foram anunciadas na Feira do Empreendedor do Sebrae - o que atraiu milhares de empreendedores e levou à liberação de mais de R\$ 100,0 milhões em crédito para pequenos negócios em apenas dois meses;** **• Também foi anunciada a alteração das taxas de juros dos financiamentos destinados aos municípios paranaenses para a execução de obras, aquisição de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de projetos de eficiência energética, entre outras finalidades, no âmbito do Sistema de Financiamento aos Municípios (SFM), aplicáveis às novas contratações a partir de dezembro;** **• A Fomento Paraná estruturou uma linha de crédito especial, com prazos mais longos e taxa de juros zero, para atender os empreendedores e empresas de Rio Bonito do Iguçu, município atingido por um tornado que devastou a cidade em novembro provocando estragos e destruição em mais de 90% dos imóveis;** **• A Fomento Paraná capacitou novas turmas de agentes de crédito e correspondentes para a Rede de Parceiros, mantendo representação e presença física em 300 municípios. A rede reúne 450 agentes de crédito atuando em Agências do Trabalhador, Salas do Empreendedor e outras estruturas nos municípios parceiros. Outros 238 correspondentes atuam em associações comerciais, sindicatos patronais e sociedades empresariais especializadas;** **• A Fomento Paraná assinou a adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em mais um passo da Jornada Ambiental, Social e de Governança (ASG), comprometendo-se com o alinhamento de ações e estratégias com princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção e com responsabilidade de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda Global de Sustentabilidade 2030 da ONU;** e **• O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) emitiu um novo relatório que mensurou os impactos das operações de crédito liberadas pela Instituição em 2024, com base na Matriz Insumo-Produto do Paraná. Entre impactos diretos e indiretos, foi estimado que a liberação de R\$ 758,9 milhões em financiamentos para municípios e para empreendedores resultou em aumento de R\$ 735,0 milhões no PIB estadual. O valor representou um aumento de R\$ 31,6 milhões na arrecadação de ICMS. Os cálculos apontam ainda para um incremento de R\$ 317,5 milhões na massa salarial e na criação de 10.813 postos de trabalho.**

continua...



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	NOTA	31/12/2025	PASSIVO	NOTA	31/12/2025
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		4.322.305	CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		819.978
DISPONIBILIDADES	3b e 4	258	PASSIVOS FINANCEIROS		485.114
ATIVOS FINANCEIROS		4.222.272	Ao Custo Amortizado	3c e 9	485.114
Ao Custo Amortizado	3c	2.130.015	Empréstimos e repasses - País		459.487
Títulos e valores mobiliários	3e, 5	427.527	Empréstimos no exterior		16.446
Empréstimos e recebíveis de clientes	6	1.794.355	Outros passivos financeiros		9.181
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	3c e 6	(91.867)	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES	3i, 10 e 15	79.537
Perda esperada associada ao risco de crédito		(14.590)	PERDA ESPERADA CRÉDITOS A LIBERAR	2b iii, 3c IV	3.499
Perda incorrida associada ao risco de crédito		(26.519)	PROVISÕES	3k e 11	18.538
Provisão adicional associada ao risco de crédito		(50.758)	OUTROS PASSIVOS	3l e 12	233.290
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	3c	11.930			
Títulos e valores mobiliários	5	11.930			
Ao Valor Justo por meio do Resultado	3c	2.080.327			
Títulos e valores mobiliários	5	2.080.327			
OUTROS ATIVOS	3j e 7	48.364	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.502.327
ATIVO FISCAL DIFERIDO	3i e 15b	50.804	Capital social	13a e 13b	3.022.821
IMOBILIZADO LÍQUIDO	3g e 8a	488	Reservas de capital		1
INTANGÍVEL LÍQUIDO	3g e 8b	119	Reservas de lucros	13c	481.160
			Ajustes de avaliação patrimonial	13d	(1.655)
TOTAL DO ATIVO		4.322.305	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.322.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025
 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

	NOTA	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		298.550	562.238
Carteira de crédito	3c e 14a	131.351	266.705
Resultado com títulos e valores mobiliários	3c e 14b	167.199	295.533
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(27.427)	(56.950)
Despesas de operações de empréstimos e repasses	3c e 14c	(27.427)	(56.950)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		271.123	505.288
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	3c, IV, 6f	(15.382)	(24.671)
RESULTADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		255.741	480.617
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(48.156)	(86.992)
Receitas de prestação de serviços	14d	4.129	8.846
Despesas de pessoal	14e	(23.689)	(45.804)
Despesas administrativas	14f	(12.683)	(21.430)
Despesas tributárias	14g	(13.219)	(24.538)
Despesas/reversão de provisão	14h	(2.293)	(4.374)
Outras receitas e despesas operacionais	14i	(401)	308
RESULTADO OPERACIONAL		207.585	393.625
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		112	(137)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		207.697	393.488
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3i e 15	(49.712)	(89.905)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(54.004)	(104.147)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.292	14.242
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(2.408)	(4.533)
LUCRO LÍQUIDO		155.577	299.050
Nº de ações		3.022.821	3.022.821
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM R\$)		51,47	98,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

	CAPITAL SOCIAL			RESERVAS DE LUCRO			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	NOTA	REALIZADO	DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDOS EM 30/06/2025		2.751.602	3.760	1	110.974	307.884	66.285	(1.643)	- 3.238.863
Aumento de Capital	13a	-	-	-	-	-	-	-	-
Aporte em dinheiro		3.760	263.699	-	-	-	-	-	267.459
Capitalização de juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de ágio na subscrição de ações		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	13b	-	-	-	-	-	-	155.577	155.577
Destinações	13b	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	-	-	7.780	54.522	-	(62.302)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(66.285)	(93.275)	(159.560)
Ajustes de avaliação patrimonial	3c e 13d	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
SALDOS EM 31/12/2025		2.755.362	267.459	1	118.754	362.406	-	(1.655)	- 3.502.327
MUTAÇÕES NO SEMESTRE		3.760	263.699	-	7.780	54.522	(66.285)	(12)	- 263.464
SALDOS EM 31/12/2024		2.384.470	-	9	103.801	269.300	-	-	- 2.757.580
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	2 e 13d	-	-	-	-	-	-	(947)	(4.441)
SALDO EM 01/01/2025		2.384.470	-	9	103.801	269.300	-	(947)	(4.441)
Aumento de capital	13b	-	-	-	-	-	-	-	-
Aporte em dinheiro		203.760	267.459	1	-	-	-	-	471.220
Capitalização de juros sobre o capital próprio		167.123	-	-	-	-	-	-	167.123
Capitalização de ágio na subscrição de ações		9	-	(9)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	13c	-	-	-	-	-	-	299.050	299.050
Destinações	13c	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	-	-	14.953	93.106	-	(108.059)	(108.059)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(186.550)	(186.550)
Ajustes de avaliação patrimonial	3c e 13d	-	-	-	-	-	-	(708)	(708)
SALDOS EM 31/12/2025		2.755.362	267.459	1	118.754	362.406	-	(1.655)	- 3.502.327
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO		370.892	267.459	(8)	14.953	93.106	-	(1.655)	- 744.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2º Semestre		Acumulado em 31/12/2025	NOTA	2º Semestre		Acumulado em 31/12/2025
	NOTA	2025			2025	31/12/2025	
ATIVIDADES OPERACIONAIS		207.697	393.488			(16.760)	(31.177)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		17.623	29.147			(245.312)	57.950
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO		117	266			103	34
Depreciações e amortizações	14f	(183)	(178)			-	-
Alienação de bens próprios e recebidos		15.378	24.671			-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6vi	8	8			-	-
Ajuste a valor justo TVM		2.293	4.374			13b	267.458
Provisões para contingências	14h	10	6			-	(7.459)
Perda esperada outros créditos		-	-			-	271.219
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		225.320	422.635			267.458	263.760
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		(470.632)	(364.685)			22.249	321.744
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		(301.363)	(212.201)			-	-
Redução (aumento) em operações de crédito		(74.453)	(22.171)			-	-
Redução (aumento) em outros valores e bens		(2.862)	(4.991)			-	-
Aumento (redução) obrigações por empréstimos e repasses		(73.897)	(95.512)			3b e 4	1.824.439
Aumento (redução) obrigações fiscais		891	772			3b e 4	1.846.688
Aumento (redução) outras obrigações		(2.188)	595			-	-
IMPACTO DE OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO DE JÚROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		103	34			22.249	321.744
IMPACTO DE OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO DE JÚROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		103	34			22.249	321.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição" ou "Fomento Paraná"), é uma instituição financeira de capital fechado, situada na Rua Comendador Araújo, 652 - Batel, em Curitiba - PR, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual nº 11.741, de 19 de junho de 1997 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.828/2001 e respectivas alterações e demais normas que regulamentam as Agências de Fomento. Constitui objeto da Instituição, apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, mediante operações de empréstimos e financiamentos, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma Agência de Fomento. Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado e, ainda, participar de empreendimentos públicos e privados.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN, no que for aplicável. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período. Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Fomento Paraná adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/2021, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela isenção facultada no Art. 79 desta Resolução, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela referida Resolução, foram registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido de abertura de 1º de janeiro de 2025, pelo valor líquido dos efeitos tributários ajustados em contrapartida ao valor do ativo na mesma data. As contas do Ativo e do Passivo do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme faculta a Resolução BCB nº 2/2020. A segregação entre circulante e não circulante é objeto de divulgação nas Notas Explicativas. Estas demonstrações financeiras, após apreciação da Diretoria e do Comitê de Auditoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 24 de

março de 2026. **Norma que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025:** a) **Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas:** A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge. A aplicação dessas normas busca a convergência dos critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. b) **Principais impactos: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros:** No que tange aos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), tratados pela Circular Bacen nº 3.068/2001, os TVMs eram classificados em três categorias: para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. As Agências de Fomento estavam dispensadas da aplicação dessas regras, com o advento da Resolução CMN nº 4.966/2021, os ativos dessa natureza passaram a ser classificados em três novas categorias: Valor Justo no Resultado ("VJR"), Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e Custo Amortizado ("CA"), conforme definido no Modelo de Negócio da Instituição. No tocante ao modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito adotado pela Fomento Paraná, foi aplicada a metodologia simplificada de apuração, conforme dispõe o Art. 50 da Resolução CMN nº 4.966/2021, pois conforme a segmentação estabelecida pela Resolução CMN nº 4.553/2017, a Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4). Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição, segregando a apuração das perdas em: i. Provisão para perdas incorridas (operações inadimplidas) com atraso superior a 90 dias, de acordo com as faixas de atrasos em percentuais definido no Anexo I da Resolução BCB nº 352/2023; ii. Provisão adicional para perdas esperadas, constituídas de acordo com tipo de carteira e percentuais definidos no Anexo II, da Resolução BCB nº 352/2023, para ativos não problemáticos e ativos problemáticos, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias) e inadimplidos (atraso superior a 90 dias); e iii. Provisão para perda esperada modelo interno de provisionamento, aplicável a toda operação de crédito, em seu ingresso na Fomento Paraná, que seguirá até a liquidação do contrato, atingindo inclusive os saldos de contratos a liberar. **Renegociação e Reestruturação:** Os requisitos normativos estabelecem regras distintas para a mensuração do valor contábil de operações de créditos reestruturadas e renegociadas, sendo: (i) as reestruturadas, avaliadas considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada; (ii) renegociadas, não caracterizada como reestruturação reavaliadas, conforme as condições contratuais renegociadas. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021, fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva reavaliada para apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. A Instituição optou por aderir a facilidade e apresenta os saldos reestruturados conforme condições renegociadas. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, exigiu alterações fiscais, que foram regulamentadas pela Lei Federal nº 14.467, de 16 de novembro de 2022 (com as alterações da Lei Federal nº 15.078, de 27 de dezembro de 2024). A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições financeiras podem deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas ao período apresentado nas demonstrações financeiras. a) **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela Fomento Paraná para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) **Instrumentos financeiros:** Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. I) **Classificação:** Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Fomento Paraná, passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias, conforme definido em seu modelo de negócio: a) **Ativos financeiros:** a.1. **Custo amortizado (CA):** Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: • o ativo é gerido dentro de modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e • os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. a.2. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: • o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e • os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas. a.3. **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Os demais ativos financeiros. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos pelo seu custo amortizado (CA). II) **Reclassificação:** A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do modelo de negócios da entidade para o gerenciamento desses ativos mudar. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil. III) **Mensuração dos ativos financeiros:** O reconhecimento inicial ocorre pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos. a) **Custo amortizado:** É o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada. b) **Taxa de juros efetiva (TJE):** Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de origem atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas de origem previstas em contrato. Ativos financeiros classificados e mensurados ao ("CA"), referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva. As operações



continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

metodologia diferenciada linear de apropriação às receitas contratuais. Para os custos e receitas materiais, a Instituição aplicou a facilidade de não reconhecimento, conforme estabelecido no Art. 13 da Resolução BCB nº 352/2023. Em razão das operações ativas de créditos, os seguintes custos de transação, compõem a formação da Taxa de Juros Efetiva (TJE), uma vez que se referem a custos diretamente atribuíveis: i. Taxa de concessão de crédito (TCC) no caso de operações com o setor privado; ii. Comissão do agente operacional Paranaadade, no caso das operações com o setor público; e iii. Comissão de correspondentes bancários, no caso de operações com o setor privado. **c) Valor justo:** Com base na Resolução CMN nº 4.924/2021 e CPC 46 Mensuração do Valor Justo (aprovado pelo BACEN), valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. A norma contábil fornece uma hierarquia do valor justo em três níveis para classificação dos instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir: **Nível 1:** a avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos na data do balanço; **Nível 2:** a avaliação é baseada em dados observáveis, para instrumentos semelhantes em mercados ativos ou instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos; **Nível 3:** a avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas não observáveis no mercado. Atualmente, a Instituição opera com instrumentos financeiros de Nível 1 e 2, especificados na nota explicativa nº 5, b. **IV. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A Fomento Paraná, por pertencer ao segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição. O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados. Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes: **a) Provisão para perdas incorridas - ativos inadimplidos:** O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira de C1 a C5 de acordo com sua garantia. O nível de provisão progride à medida que o atraso aumenta. A provisão para perdas incorridas é estimada considerando: i. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e ii. No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo. **b) Provisão adicional:** Conforme a regulamentação vigente, a Instituição constitui a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), da classificação de carteira (C1 a C5) e da caracterização de ativo problemático, conforme segue: i. Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, ii. Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e iii. Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias). **c) Provisão para perda esperada:** O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da Instituição, tomando como base o histórico de inadimplência do rating de crédito atribuído ao Cliente ou mesmo o histórico da linha/modalidade de crédito, abrangendo inclusive os créditos a liberar, a base de 0,5% sobre o valor do crédito, independente da modalidade de crédito. **d) Total da provisão associada a perda de crédito:** O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada. A Fomento Paraná adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional. A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Instituição, que é a detentora do instrumento, e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas. A Fomento Paraná emprega técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição. **V - Baixa de instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:** Um ativo financeiro é baixado contra a provisão para perdas esperadas após todos os procedimentos necessários serem realizados e não haver mais expectativa de recuperação. Na Fomento Paraná, devido a característica do crédito e avaliação da maturação da carteira, foi definida a baixa do ativo com inadimplência superior a 720 dias (24 meses). **VI. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito:** O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando: i. Houver atraso superior a 90 dias no pagamento; ii. Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação; e iii. Houver indicativos de que a obrigação não é honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais. Uma vez que uma operação é marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, são também marcadas como ativos problemáticos. A marcação de ativo problemático pode ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e: i. Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e ii. Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente. A Fomento Paraná não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. **VII. Renegociação e reestruturação de instrumentos financeiros:** Considera-se renegociação, o acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. O valor contábil bruto desses ativos financeiros representa o valor pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas. Considera-se reestruturação, a renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. A operação objeto de reestruturação deve ser inicialmente classificada com provisão de 100%. A apuração do valor contábil bruto do instrumento, se dá conforme as condições contratuais renegociadas, conforme facilidade prevista na Resolução CMN nº 4966/2021. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** A Fomento do Paraná não possui instrumentos financeiros derivativos contratados. **e) Títulos e valores mobiliários:** Representados substancialmente por: títulos de renda fixa, de entidade pública, cotas de fundos de investimentos em renda fixa, fundos de participações e fundos de direitos creditórios. Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive, sendo classificados nas categorias ("VJR"), ("VJORA") e ("C.A"). Em cumprimento ao estabelecido no Art. 1º da Resolução CMN nº 3.834/2010, as disponibilidades de caixa aplicadas em cotas de fundos de investimento de renda fixa, são formados exclusivamente por títulos públicos federais, para tanto a Instituição constituiu dois fundos exclusivos, que estão sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5. A Instituição aplicou a exceção prevista nos Artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e designou no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, os instrumentos patrimoniais de outra entidade na categoria valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA), constituídos pelos ativos de fundos de participação (FIPs). **f) Ativos não financeiros mantidos para venda:** Correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação em pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. **g) Imobilizado de uso e intangível:** Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis, são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada, descritas nas notas explicativas nºs 8 "a" e 8 "b". **h) Redução do valor recuperável de ativos (impairment):** Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução do valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável. **i) Tributos correntes e diferidos:** Os tributos incidentes sobre o lucro e o faturamento são calculados às alíquotas a seguir demonstradas:

TRIBUTOS	ALÍQUOTA
Imposto de Renda (IRPJ)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IRPJ) ⁽¹⁾	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	20,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISSQN	5,00%

⁽¹⁾ Alíquota adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240/ano. Conforme a legislação tributária, a Fomento Paraná recolhe mensalmente o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual. Os ativos fiscais diferidos, são reconhecidos conforme Resolução CMN nº 4.842/2020. Também denominados "créditos tributários", são constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes de despesas apropriadas no período e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, e são registrados na rubrica "Ativo fiscal diferido". Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Conforme Resolução BACEN nº 2/2020, os créditos tributários são apresentados integralmente no ativo não-circulante, independentemente de sua expectativa de realização. O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. A Instituição não constituiu passivos fiscais diferidos na data das demonstrações financeiras. Os passivos fiscais diferidos, que até 31 de dezembro de 2024, estavam registrados na rubrica "Obrigações fiscais diferidas", constituídos sobre diferenças temporárias tributáveis, decorrentes de receitas de créditos recuperados, tributadas pelo regime de caixa, na forma prevista no artigo 12, § 2º da Lei Federal nº 9.430, de 27

de dezembro de 1996, que foi revogada com a edição da Lei Federal nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, foi integralmente baixado em 2025, sendo revertidos no resultado e reconhecidos na rubrica de "Obrigações fiscais correntes", conforme nota explicativa nº 15. A composição dos valores dos tributos correntes e diferidos, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão evidenciadas na nota explicativa nº 15. **j) Outros ativos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando necessária. **k) Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. **i. Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, salvo, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação, e, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes classificados com expectativa de êxito provável, são divulgados nas demonstrações financeiras. **ii. Provisões:** São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **iii. Passivos contingentes:** Conforme definido no CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **l) Outros passivos:** Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia. **m) Juros sobre o Capital Próprio (JCP):** Os Juros sobre o Capital Próprio, destinados aos acionistas, são calculados em conformidade com a Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, com alterações trazidas pela Lei Federal nº 14.789 de 29 de dezembro de 2023. Aos acionistas, é destinada a importância mínima de 25% do lucro líquido ajustado, a título de JCP, nos termos do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do Estatuto Social. Por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum*, da Assembleia Geral, o crédito contábil de JCP, pode atingir o limite máximo permitido pelo benefício fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos da Instituição. Os valores de JCP, declarados em conformidade com o Estatuto Social, são reconhecidos no passivo na rubrica "Outros passivos - Sociais e Estatutárias", os valores de JCP proposto adicionalmente, ainda não aprovado pelo acionista em Assembleia, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros". **n) Resultados recorrentes e não recorrentes:** A Resolução BCB nº 2/2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: i. não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e ii. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **o) Eventos subsequentes:** Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por: i. Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e ii. Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025
Disponibilidades	258
Cotas de fundos de investimentos de renda fixa (nota 5)	1.846.430
Total	1.846.688

NOTA 5 - ATIVOS FINANCEIROS

a) Composição por categoria e tipo de instrumento:
I - Ativos financeiros mensurados ao valor justo:

	31/12/2025		
	Valor de curva	Ajuste a valor justo	Valor justo (a.1)
Total	2.080.327	-	2.080.327
Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado			
Carteira própria			
Fundos de investimento em renda fixa (a.2)	1.846.430	-	1.846.430
Fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC (a.3)	136.925	-	136.925
Fundo garantidor de investimentos - FGI (a.4)	2.731	-	2.731
Vinculados a prestação de garantias			
Fundos de investimento em renda fixa (a.2)	94.241	-	94.241
Avaliados pelo seu valor justo em outros resultados abrangentes	11.930	(3.009)	8.921
Carteira própria			
Cotas de Fundos de investimentos em participações - FIPs (a.5)	11.930	(3.009)	8.921
Total	2.092.257	(3.009)	2.089.248

a.1 - Valor justo dos títulos e valores mobiliários: O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2025, divulgados pela ANBIMA ou CETIP, conforme extratos fornecidos pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Fomento Paraná. **a.2 - Cotas de fundos de investimentos de renda fixa:** Os fundos exclusivos de investimento de renda fixa somam R\$ 1.940.671. Esses fundos, são compostos integralmente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos, indexados a taxas prefixadas e pós-fixadas, sem obrigações financeiras significativas, limitando-se às obrigações diárias de ajuste das posições, serviços de auditoria, taxas de serviços relativas à custódia dos ativos e execução de operações financeiras e demais despesas administrativas cobradas pelas administradoras. As cotas dos fundos não possuem prazo de carência, podendo ser resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sem penalidade no resgate.

Administradores	Faixas de vencimento	Valor
Caixa Econômica Federal		
Operação compromissada - LTN		
LFT	02/01/2026	465.082
LTN	01/03/2027 a 01/06/2030	549.354
Ajuste	01/01/2028	6.414
Subtotal		1.020.830
Banco do Brasil		
Operação compromissada - LFT	02/01/2026	829.377
LFT	01/09/2026 a 01/09/2027	90.406
Ajustes		58
Subtotal		919.841
Total		1.940.671

b) Composição por carteira, situação e faixa de vencimento:

	31/12/2025					Total	% sobre total geral
	C1	C2	C3	C4	C5		
Ativos não problemáticos	11.774	26.460	1.684.044	-	347	1.722.625	96,0%
Até 14 dias de atraso	10.549	26.454	1.665.569	-	336	1.702.908	94,9%
De 15 a 30 dias de atraso	1.225	6	14.146	-	8	15.385	0,9%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	3.028	-	3	3.031	0,2%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	1.301	-	-	1.301	0,1%
Problemáticos Adimplidos	713	1.585	31.613	-	139	34.050	1,9%
Ativos problemáticos inadimplidos	-	1.354	36.257	-	69	37.680	2,1%
Inadimplido - período menor que um mês	-	534	3.458	-	3	3.995	0,2%
Inadimplido - período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	-	-	3.094	-	-	3.094	0,2%
Inadimplido - período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	-	-	1.868	-	7	1.875	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	-	95	2.634	-	10	2.739	0,2%
Inadimplido - período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	-	10	2.610	-	6	2.626	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	-	28	2.175	-	12	2.215	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	-	29	2.079	-	4	2.112	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	-	478	2.544	-	-	3.022	0,2%
Inadimplido - período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	-	73	2.530	-	6	2.609	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	-	34	1.117	-	1	1.152	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	-	22	1.481	-	-	1.503	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	-	34	1.201	-	-	1.235	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	-	5	1.577	-	4	1.586	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	-	-	904	-	-	904	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	-	-	1.156	-	-	1.156	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	-	12	736	-	-	748	0,0%
Inadimplido - período igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	-	-	1.081	-	-	1.081	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	-	-	973	-	-	973	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 18 e menor que 19 meses	-	-	1.033	-	8	1.041	0,1%
Inadimplido - período igual ou maior que 19 e menor que 20 meses	-	-	861	-	-	861	0,0%
Inadimplido - período igual ou maior que 20 e menor que 21 meses	-	-	1.145	-	8	1.153	0,1%
Total Geral	12.487	29.399	1.751.914	-	555	1.794.355	100,0%

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição não tinha nenhuma posição de ativo classificada na carteira C4.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 94.421 refere-se às cotas do fundo exclusivo dadas em garantias na operação de repasse realizada junto à Caixa Econômica Federal (CEF-PNMPO). O valor vinculado é equivalente a 100% da dívida contratada, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. **a.3 - Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC):** A Fomento Paraná aplica seus recursos como cotista único no Paraná Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento Agropecuário - Responsabilidade Limitada FIDC AGRO PARANÁ, sendo que a classe foi constituída sob o regime fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas em virtude de liquidação da classe ou do término do prazo de duração da subclasse única ou série, em conformidade com o disposto no regulamento, e terá suas cotas resgatadas ao final dos 10 (dez) anos (*bullet*). A Classe terá como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização das Cotas de suas respectivas titularidades por meio da aplicação dos recursos da Classe Única, exclusivamente no Estado do Paraná, na aquisição de Cotas Investidas no percentual mínimo de 67% (sessenta e sete por cento) do Patrimônio Líquido da Classe. As Cotas Investidas serão adquiridas pelo Fundo conforme determinações do Comitê de Estratégia e execução da Gestora, sempre de acordo com a Política de Investimento do Fundo. O fundo é rentabilizado pela variação das cotas e será recebida anualmente conforme o Apêndice de Cotas, sendo que até dezembro de 2025 as cotas apresentaram valorização de R\$ 1.925. **a.4 - Cotas de fundos garantidores de operações de crédito:** A Fomento Paraná opera com a garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo BNDES. Para tanto, conforme previsto nas normas do respectivo fundo, adquiriu cotas na proporção de 0,5% dos valores que pretende avançar como garantias nas operações com seus mutuários. São mensurados pelo valor patrimonial da cota na data base de fechamento do balanço, e quando apresentam redução provisão para desvalorização são reconhecidas. **a.5 - Cotas de fundos de investimento em participações:** As aplicações em cotas de fundos de investimento em participações (FIP) são administradas por instituições privadas, sendo que as cotas dos fundos são mensuradas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2025, as cotas estavam assim constituídas:

Fundo de Participação - FIPs	Capital subscrito	Capital integralizado	31/12/2025	
			Valor curva	Ajuste a valor justo
Fundo Criatec 3	1.500	1.471	1.372	(345)
Fundo Sul Inovação	3.000	3.000	2.715	(1.784)
Tm3 Capital Vc4	5.000	4.844	7.843	(880)
Total	9.500	9.315	11.930	(3.009)

II - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Avaliados pelo seu custo amortizado	31/12/2025
Carteira própria	
Letras financeiras do tesouro - LFT	146.831
Vinculados ao Banco Central	
Letras financeiras do tesouro - LFT (a.1)	280.696
Total	427.527

a.1 - Títulos públicos vinculados ao Banco Central: Corresponde aos recursos aportados em espécie pelo acionista majoritário Estado do Paraná, para aumento de capital da Instituição. Os valores são recolhidos ao BACEN e mantidos vinculados até a solução do processo de aumento de capital, sendo os aportes na ordem de R\$ 207.459 e R\$ 60.000 realizados, respectivamente em agosto e novembro de 2025. Ambos os processos foram homologados pelo Bacen, respectivamente, em janeiro e fevereiro de 2026.

b) Composição por nível de valor justo:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	2.077.596	2.731	2.080.327
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	8.921	8.921
Total	2.077.596	11.652	2.089.248

c) Composição por faixa de vencimento:

	31/12/2025					Valor
	Composição por Vencimentos					
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos públicos federais	-	280.696	146.831	-	-	427.527
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	280.696	146.831	-	-	427.527
Cotas de fundos de investimento	-	1.855.334	28.646	205.268	2.089.248	
Fundos de investimento em renda fixa						



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Composição por setor de atividade econômica:

Setor	31/12/2025
Setor privado	653.461
Comércio	275.573
Indústria	85.839
Serviços	279.000
Pessoas físicas	13.049
Setor público	1.140.894
Administração direta municipal	1.140.894
Total da Carteira de Crédito	1.794.355

d) Concentração dos principais devedores de operações de crédito:

Devedores de empréstimos e recebíveis de clientes	31/12/2025
Principal devedor	65.337
Dez seguintes maiores devedores	276.583
Cinquenta seguintes maiores devedores	425.058
Cem seguintes maiores devedores	319.576
Demais clientes	707.801
Total	1.794.355

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Carteira	Situação	31/12/2025		Total Operações	Perdas Esperadas	Perdas Incorridas	Provisão Adicionais	Total Perda Esperada
		Créditos a vencer	Créditos vencidos					
C1	Ativos não problemáticos	11.745	29	11.774	295	-	191	486
C1	Ativos problemáticos adimplidos	707	6	713	-	-	71	71
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
Total C1		12.452	35	12.487	295	-	262	557
C2	Ativos não problemáticos	26.459	1	26.460	478	-	371	849
C2	Ativos problemáticos adimplidos	1.574	11	1.585	192	-	529	721
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	1.109	245	1.354	-	601	46	647
Total C2		29.142	257	29.399	670	601	946	2.217
C3	Ativos não problemáticos	1.682.731	1.313	1.684.044	10.593	-	32.951	43.544
C3	Ativos problemáticos adimplidos	30.925	688	31.613	2.550	-	15.395	17.945
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	22.718	13.539	36.257	434	25.868	1.120	27.422
Total C3		1.736.374	15.540	1.751.914	13.577	25.868	49.466	88.911
C5	Ativos não problemáticos	346	1	347	13	-	8	21
C5	Ativos problemáticos adimplidos	138	1	139	30	-	74	104
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	39	30	69	5	50	2	57
Total C5		523	32	555	48	50	84	182
Total		1.778.491	15.864	1.794.355	14.590	26.519	50.758	91.867

f) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Especificação	31/12/2025	a.1) Obrigações por repasses do país:
Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	61.435	As obrigações por repasses representam, as captações realizadas junto a Instituições Oficiais e os encargos financeiros incidentes sobre as operações desta natureza, na data-base de 31 de dezembro de 2025, são: * nas operações pós-fixadas de 0,00% ao ano até 6,0% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, SELIC, DI, TR e INPC); e * nas operações pré-fixadas de 1% ao ano até 17,16% ao ano.
Efeito da adoção inicial da resolução CMN nº 4.966/2021	9.780	A composição por faixa de vencimento é como segue:
Saldo inicial ajustado	71.215	Obrigações por empréstimos
Constituição/(reversão) de provisão para perdas esperadas (1)	24.671	Vencíveis Até 90 dias De 91 a 360 dias Acima de 360 dias Saldo em 31/12/2025
Provisão adicional	6.663	BNDES (1)
Perda Incorrida - Mínima (2)	14.268	CEF (2)
Perdas esperadas	3.740	FINAME
Créditos baixados como prejuízo (3)	(514)	FINEP (3)
Saldo final da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	95.372	FUNGETUR (4)
		Total
		44.679 121.917 292.891 459.487

(1) Inclui provisão para perda de créditos contratados a liberar "off balance". R\$ 3.499, registrado na rubrica "Perda Esperada Créditos a Liberar" no Passivo Financeiro. (2) Refere-se à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução BCB nº 352, e alterações posteriores. (3) Conforme Política institucional de provisão para perdas esperadas e incorridas, associadas aos ativos financeiros, na Fomento Paraná, a baixa se dá quando a operação completar 24 meses de atraso.

g) Composição da despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Especificação	31/12/2025	Linhas	31/12/2025
(Provisão) reversão sobre operações de crédito	(24.285)	BNDES automático	244.032
(Provisão) reversão sobre créditos a liberar	(380)	BNDES microcrédito	33.408
(Provisão) reversão sobre outros ativos financeiros	(6)	Total	277.440
Saldo da despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(24.671)		

h) Composição do saldo de operações renegociadas:

Renegociações	31/12/2025
Renegociações caracterizadas como reestruturação	19.286
Total	19.617

NOTA 7 - OUTROS ATIVOS

31/12/2025	
Rendas a receber	4.928
Adiantamentos concedidos	2.845
Devedores por depósitos em garantia (1)	33.309
Impostos e contribuições a compensar	1.622
Devedores diversos país	4.175
Outros valores e bens (a)	1.541
Provisão para perdas esperadas de outros ativos financeiros	(56)
Total	48.364
Circulante	47.321
Não Circulante	1.043

(1) Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que o montante de R\$ 33.241 se refere ao depósito na ação descrita na nota explicativa nº 11 "c". Sobre esse depósito, foi efetuada a atualização monetária no valor de R\$ 2.492, registrada na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme nota explicativa nº 14 "i". Considerando que o valor depositado é retido do fornecedor, a atualização teve contrapartida na rubrica "Credores diversos no país", conforme nota explicativa nº 12 "b" e o registro de despesas de atualização monetária, na rubrica "Outras despesas operacionais", conforme nota explicativa nº 14 "i". Desta forma não gerou impactos no resultado da Instituição no exercício.

a) Outros valores e bens:

31/12/2025	
Material em estoque	34
Despesas antecipadas	159
Ativos não financeiros mantidos para venda (a.1)	1.348
Total	1.541

a.1) Ativos não financeiros mantidos para venda:

	31/12/2025	
	Valor bruto	Valor líquido
Próprios	315	315
Recebidos	1.466 (433)	1.033
Total	1.781 (433)	1.348

NOTA 8 - IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso:	31/12/2025		
	Taxa anual	Custo	Depreciação
Instalações, móveis e equipamentos	6,67% a 50%	497	(365)
Sistema de comunicação	10% a 33,33%	202	(193)
Processamento de dados	10% a 50%	1.253	(920)
Beneficiárias de bens de terceiros	10% a 50%	54	(40)
Total		2.006	(1.518)
Valor Residual 31/12/2025			488
b) Intangível:	31/12/2025		
Licença de uso software	20%	582	(463)
Total		582	(463)
Valor Residual 31/12/2025			119

NOTA 9 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Composição:	31/12/2025
Obrigações por empréstimos e repasses (a.1)	459.487
BNDES	277.440
CEF	97.308
FINAME	5.497
FINEP	45.546
FUNGETUR	33.696
Empréstimos no exterior (a.2)	16.446
Empréstimos no exterior - CAF	16.446
Outros passivos financeiros (a.3)	9.181
Recursos para destinação específica - FUNGETUR	9.181
Total	485.114
Circulante	184.442
Não Circulante	300.672

(1) Os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se destinam a financiamentos de projetos de investimentos de longo prazo, e microcrédito no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), e demais linhas conforme segue:

Obrigações por empréstimos e repasses	Vencíveis Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Saldo em 31/12/2025
BNDES (1)	15/12/2032 28.962	75.650	172.828	277.440
CEF (2)	10/12/2038 9.114	28.059	60.135	97.308
FINAME	15/02/2033 533	1.477	3.487	5.497
FINEP (3)	15/02/2033 2.732	8.376	34.438	45.546
FUNGETUR (4)	10/08/2032 3.338	8.355	22.003	33.696
Total	44.679	121.917	292.891	459.487

(2) Repasse de recursos captados junto a CEF para operar microcrédito no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), totalizando R\$ 94.356, e na linha FGTS Pró Transporte destinados a operações com municípios, para financiar projetos de mobilidade urbana, incluídas no PAC2, no valor de R\$ 2.952. (3) Para as captações efetuadas até 2022, os encargos aplicados a FINEP, para o Programa INOVACRED, serão deduzidos de 2% a 5% ao ano, a título de equalização, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e as decisões da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação. (4) Os recursos do FUNGETUR são direcionados aos financiamentos privados para empreendimentos turísticos e empresas prestadoras de serviços relacionadas à cadeia produtiva do setor cadastradas no Cadastro. a.2) Empréstimos no exterior: O empréstimo contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, teve a primeira tranche liberada, no montante de US\$ 6,0 milhões. A contratação incluiu "serviço de gestão de dívida", resultando num swap contratado pela CAF, e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

Tranche Data da Liberação Vencimento final Taxa de juros Valor Liberado 31/12/2025
CAF-1 09/2022 09/2027 CDI + 2,5% 31.127 16.446

a.3) Outros passivos financeiros: Representado pelos recursos do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), sendo repassados em tranches e ficam aplicadas na tesouraria da Fomento Paraná, e, enquanto o recurso não é liberado aos tomadores finais, o Fundo do Turismo é remunerado mensalmente à taxa SELIC. Em outubro de 2025, a Instituição recebeu novo recurso na ordem de R\$ 9.070, que atualizados somam R\$ 9.181.

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

31/12/2025	
Imposto de renda e contribuição social corrente	75.009
Impostos e contribuições sobre salários	1.678
COFINS	2.072
PIS	337
Outros	442
Total	79.537
Circulante	79.537
Não Circulante	-

NOTA 11 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes: Em julho de 2019, a Instituição ajuizou uma Ação de Repetição de Indébito (nº 5037152-33.2019.4.04.7000, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba), contra a União, visando à restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS e COFINS incidente sobre receitas financeiras percebidas pela Fomento Paraná, no período de 2007 a 2011, sob o regime cumulativo de apuração, tendo em vista que, no período citado, a empresa não se enquadrava ou se equiparava a instituição financeira para fins de tributação pelas Contribuições, fazendo jus à alíquota zero prevista nos termos do art. 1º do Decreto nº 5.442/2005, conforme decisão do CARF no Processo Administrativo nº 10980.725450/2013-07. Com fulcro na decisão do CARF, a Instituição pleiteia junto à União a restituição de todos os valores indevidamente recolhidos a título de contribuições ao PIS e à COFINS sobre as receitas financeiras, tanto aquelas relacionadas às aplicações financeiras, quanto aquelas relacionadas à concessão de financiamentos, no período compreendido entre 2007 e 2011, para a qual obtivemos decisão favorável, em 20 de março de 2020, porém, não sendo definitiva, tendo em vista a interposição de Apelação pela União. A Fomento Paraná apresentou contrarrazões (em 20 de julho de 2020) e o feito foi remetido ao TRF4, ao Relator Francisco Donizete Gomes, da 1ª Turma do TRF4, ocorrido em 30 de julho de 2020. Após essa distribuição, em 16 de fevereiro de 2022 o MPF apresentou Parecer pelo regular processamento do feito. Ato contínuo, em 28 de junho 2024, o presente processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão virtual entre os dias 10 de julho 2024 e 22 de julho 2024. No julgamento, o Juiz Federal Convocado, Andrei Pitten Velloso, votou por dar provimento à apelação da União e à remessa necessária. Todavia, o Desembargador Federal Marcelo de Nardi abriu divergência, negando provimento à apelação e à remessa necessária, sendo acompanhado pela Desembargadora Federal Luciane A. Corrêa Münch. Diante disso, o julgamento foi sobrestado nos termos do art. 942 do CPC/2015, para que o julgamento tenha prosseguimento "em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial". Posteriormente, os autos retornaram à pauta de julgamento da sessão do dia 5 de setembro de 2024 e, na oportunidade, a Turma, por maioria, deu provimento à Apelação da União e à Remessa Necessária, nos termos do voto do Relator, vencidos o Desembargador Federal Marcelo de Nardi e a Desembargadora Federal Luciane Corrêa. No dia 23 de setembro de 2024, foram opostos Embargos de Declaração pela Fomento Paraná, com o objetivo de sanar as omissões contidas no acórdão e também para o pré-questionamento dos arts. 165 e 168 do CTN. Ato contínuo, no dia 30 de setembro de 2024, a União apresentou Contrarrazões aos Embargos de Declaração. Assim, no dia 14 de outubro de 2024, os autos foram conclusos para decisão. No dia 25 de abril de 2025, foi disponibilizada a informação sobre a inclusão do processo na

pauta de julgamento, com a certidão publicada em 29 de abril de 2025, para sessão marcada para o dia 8 de maio de 2025, às 14h. Na referida sessão, foram rejeitados os Embargos de Declaração opostos pela Fomento Paraná. Posteriormente, em 6 de setembro de 2025, a Fomento Paraná interpôs Recurso Especial, tendo a União apresentado suas contrarrazões em 12 de junho 2025. Atualmente, os autos encontram-se conclusos para decisão quanto à admissibilidade do Recurso Especial. Relativamente a essa ação, deve-se manter o prognóstico no momento, e, devida a incerteza de realização, nenhum efeito foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Outro processo ajuizado, refere-se ao pedido de restituição dos valores recolhidos a maior pela Fomento Paraná a título de RAT, autuado sob nº 5060265-16.2019.4.04.7000, tendo em vista que a equiparação, para fins tributários, das Agências de Fomento aos bancos de desenvolvimento não influencia na definição da alíquota aplicável para fins de RAT, conforme reconhecido em Solução de Consulta da RFB. Trâmite perante a 2ª Vara Federal da JFPR. A Fomento Paraná, obteve êxito nessa ação, sendo proferida sentença, entendendo que as instituições cuja atividade econômica preponderante seja a de agência de fomento se sujeitam ao recolhimento das contribuições ao GILRAT à alíquota de 1%, tendo a Fomento Paraná o direito à compensação ou à restituição dos valores indevidamente recolhidos no período não prescrito. O trânsito em julgado ocorreu em 3 de setembro de 2024, e em 18 de novembro de 2024, o juiz realizou a homologação, de modo que, no momento oportuno a Fomento Paraná realizará a compensação dos valores na via administrativa. No dia 27 de janeiro de 2025, a Fomento Paraná peticionou concordando com a expedição da RPV referente às custas processuais. Em 24 de fevereiro de 2025, a RPV foi liberada para saque a partir de 6 de março 2025, sendo o valor disponibilizado na conta da Fomento Paraná em 28 de fevereiro de 2025. Assim, em 18 de junho 2025, foi proferida sentença julgando extinto o cumprimento de sentença, com fundamento no art. 526, §3º c/c art. 924, II do CPC/2015. Em 15/07/2025 ocorreu o trânsito em julgado do processo, com o respectivo arquivamento. O valor já está habilitado para compensação junto a SRF, e soma R\$ 403 atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2025. b) Provisões: A Fomento Paraná é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das ações, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos advogados, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável, e foram constituídas conforme segue:

Natureza	31/12/2024	Constituição	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2025
Trabalhistas (b.1)	13.842	2.027	2.431	-	-	18.299
Cíveis (b.2)	179	55	83	10	68	239
Total	14.020	2.082	2.514	10	68	18.538
Circulante						18.059
Não Circulante						479

b.1. Trabalhistas:

Ações trabalhistas 31/12/2025
Ex-funcionário 41
Sindicato dos bancários 18.258
Total 18.299

Na ação movida pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimento dos Bancários e Financeiros de Curitiba e Região foi proferida sentença em novembro de 2021, nos autos nº 0000246-84.2021.5.09.0001, dando procedência parcial para o fim de declarar aplicável aos colaboradores do quadro atual o PCCS antigo (2017), e não o atual (2021), mantida em grau de recurso e transitada em julgado. Em que pese o processo de negociação entabulado entre a empresa e os representantes dos empregados, em abril 2023 foi movida nova ação pelo referido Sindicato, protocolada sob o número 0000359-67.2023.5.09.0001, pleiteando a concessão de tutela de urgência para que a Instituição desse efetividade ao plano de carreira, cargos e salários de 2017, na qual foi proferida decisão de indeferimento de antecipação de tutela, com audiência realizada em 27 de junho de 2023, que resultou em renovação da proposta conciliatória, além de apresentação de razões finais, marcadas para o dia 16 de agosto de 2023. Nessa nova ação foi pleiteada a aplicação do PCCS, relativa às progressões aos empregados de carreira e, também, acrescido de juros legais equivalentes à TR (art. 39, caput, da Lei Federal nº 8.177, de 1 de março de 1991) e, na fase judicial (a partir do ajuizamento da ação), a taxa SELIC, considerando a apuração da correção monetária partir do mês subsequente a da prestação dos serviços, conforme Súmula 381 do TST, respeitadas as verbas que tenham época distinta de apuração, e, iii) verba sucumbencial no montante de 10% a ser aplicado sobre o montante total a ser pago pela Fomento Paraná, apurado em sede de liquidação de sentença. A Instituição apresentou em julho de 2024, embargos de declaração, tendo sido mantido o Acórdão sem qualquer alteração. Desta forma, a Fomento Paraná ingressou com Recurso de Revista, assim como também o fez a parte contrária, restando pendente de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista protocolado em outubro de 2024. Em sequência, após o julgamento negativo, houve a interposição de Agravo Interno no Agravo de Instrumento no Recurso de Revista, que se encontra pendente de julgamento no TST. Ainda, o Sindicato ajuizou pedido de cumprimento provisório da sentença condenatória, o qual foi recebido, com determinação para juntada de documentos por parte da Fomento Paraná, o que foi realizado. No contexto destes novos autos, houve o pedido de desmembramento em 27 novas ações de cumprimento de sentença provisório em nome de até 5 funcionários. Em todas estas ações desmembradas a Fomento Paraná apresentou os documentos funcionais dos empregados (fichas, holerites, etc.) e os autos todos foram encaminhados para a calculista designada pelo juízo para realizar os cálculos de liquidação. Considerando ambas as ações, entendeu a Administração que a decisão judicial de 2021 se aplica tão somente às progressões de carreiras dos funcionários concursados, sendo pagas nominalmente, em junho de 2023, diferenças salariais de 2021/2022/2023, aos funcionários concursados na ordem de R\$ 1.072, sendo mantida provisão de diferenças de atualização e reflexos. Constituída em 2023, provisão para o pleito de gratificação de função dos ocupantes de cargos, da Comissão Permanente de Licitação; Comitê de Risco de Crédito e Pregoeiro. Em setembro de 2024 o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Curitiba tentou nova ação trabalhista, autuada sob nº 001075-51.2024.5.09.0004, questionando a aplicação do PCCS de 2017 também aos cargos e funções comissionadas, tendo motivado o aumento do provisionamento. Realizada audiência de conciliação em 27 de novembro de 2024, esta restou infrutífera, momento em que a Fomento Paraná apresentou contestação e documentos comprobatórios.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

decorrente da Ação Declaratória de Inimidade Tributária nº 0006479-35.2007.8.16.0004, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranaense (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação em que a Fomento Paraná atua na qualidade de assistente. A sentença foi julgada extinta por ausência das condições da ação (ilegitimidade ativa), mantida em grau de recurso, não havendo pronunciamento do juízo quanto a eventual cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS. A Fomento Paraná ingressou com Embargos de Declaração para esclarecimentos quanto a destinação de depósito judicial realizado, entretanto, não houve pronunciamento do Juízo. Em novembro de 2023, foram interpostos Recurso Especial e Extraordinário pelo Paranaense/SEDU. O Recurso Especial protocolado no Superior Tribunal de Justiça sob nº 2024/01696327, foi julgado inadmitido. O Recurso Extraordinário autuado sob nº 1554829, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, também foi inadmitido, tendo ocorrido o trânsito em julgado em data de 04/02/2026. Deve ser mantido o depósito judicial pela Fomento Paraná até o levantamento, por parte do Município de Curitiba, e baixa dos autos de infração, pois devido os valores em razão da perda de legitimidade do Estado do Paraná na representação do Paranaense. O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota explicativa nº 7 - "Outros Ativos" e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do prestador de serviço - Paranaense, e encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país", conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 "b". Considerando que a prestação de serviço é contínua, desde 2007 a Fomento Paraná vem retendo mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente. Com base no artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, 70% (setenta por cento) do valor do depósito judicial acima mencionado, foi transferido para a conta única do Tesouro do Estado e 30% para o fundo de reserva, sob gestão da Caixa Econômica Federal, desta forma, mensalmente, apenas o saldo de 30% está sendo atualizado monetariamente.

NOTA 12 - OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025
Sociais e estatutárias (a)	191.084
Diversas (b)	42.206
Total	233.290
Circulante	233.290
Não Circulante	-

a) Sociais e estatutárias:

	31/12/2025
Juros sobre o capital próprio (nota 13c)	186.550
Provisão para participações nos lucros	4.534
Total	191.084

b) Diversas:

	31/12/2025
Provisão para despesas de pessoal	3.932
Provisão para despesas administrativas	904
Credores diversos no país ⁽¹⁾	37.370
Total	42.206

⁽¹⁾ Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 "c", a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Inimidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autônomo Paranaense, valor este registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia" conforme nota explicativa nº 7. O valor do ISS retido do prestador de serviço encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país" e soma R\$ 33.510. Assim como destacado na nota explicativa nº 7, foi realizada atualização do respectivo depósito com contrapartida em "Credores diversos no país".

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito da Fomento Paraná, representado por 3.022.821 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, é de R\$ 3.022.821. O capital social autorizado é de R\$ 4 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Instituição poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária.

b) Aumento de Capital: No ano de 2025, o capital social da Fomento Paraná, aumentou em R\$ 638.351, sendo: • R\$ 200.000 em dinheiro - aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 16 de janeiro de 2025, o qual foi totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Estado do Paraná, para aplicação no FIDC AGRO PARANÁ. O Bacen homologou este aumento de capital em 25 de fevereiro de 2025; • R\$ 3.760 em dinheiro - aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2025, o qual foi totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Estado do Paraná. O Bacen homologou este aumento de capital em 4 de agosto de 2025; • R\$ 167.123 mediante utilização de Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2024 - aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2025, o qual foi totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas Estado do Paraná e Celepar; • R\$ 9 mediante capitalização do saldo de ágio na subscrição de ações - aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2025, o qual foi totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas Estado do Paraná e Celepar; • R\$ 207.459 em dinheiro - aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de outubro de 2025, deste total R\$ 200.000 destinados para aplicação em operações junto ao Setor Privado, visando à ampliação da capacidade de oferta de recursos, maior liberdade para o desenho de regras e precificação de produtos. Esse aumento foi totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Estado do Paraná. O Bacen homologou este aumento de capital em 02 de janeiro de 2026; e • R\$ 60.000 em dinheiro - aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 12 de dezembro de 2025, o qual foi totalmente subscrito e integralizado pelo acionista Estado do Paraná. O Bacen homologou este aumento de capital em 24 de fevereiro de 2026. Os referidos aumentos por acionista, é como segue:

Aumento de Capital	Estado do Paraná	Celepar	Total
Em dinheiro	471.219	-	471.219
Juros sobre o capital próprio	167.095	28	167.123
Saldo de ágio na subscrição de ações	7	2	9
Valor total do aumento	638.321	30	638.351
Nº ações	638.321	30	638.351

c) Juros sobre o capital próprio e destinação do lucro líquido: Nos termos do Estatuto Social, aos acionistas é atribuído, em cada exercício, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, calculado conforme legislação societária. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Em 12 de dezembro de 2025, foi deliberado na Ata da 124ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o crédito dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), relativo ao exercício 2025. Os juros são imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos no exercício, sendo considerado complementar o que exceder ao valor do mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social. No exercício de 2025, a destinação de JCP foi na ordem de R\$ 186.550 e foi calculado, respeitado o limite da TJLP *pro rata temporis*, sobre o Patrimônio Líquido ajustado, limitado ao teto de 50% das reservas de lucros apuradas em 31 de dezembro de 2024, reconhecido como obrigação presente, na forma estabelecida na Resolução CMN nº 4.872/2020. Em junho de 2025, o valor reconhecido proporcionalmente ao semestre, na ordem de R\$ 66.285, passou registrado na rubrica "Reserva de Lucros Especial", e, em dezembro foi transferido para o Passivo na rubrica "Obrigações Sociais e Estatutária", após aprovação em Assembleia.

Acionista	% Part.	Mínimo estatutário	Adicional proposto	Total
Estado do Paraná	99,99%	57.193	129.335	186.528
Celepar	0,01%	7	15	22
Total	100%	57.200	129.350	186.550

Em conformidade ao estabelecido no Estatuto Social, o resultado apurado no período foi destinado da seguinte forma:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Lucro líquido	155.577	299.050
Reserva legal	7.780	14.953
Lucro líquido ajustado	147.797	284.097
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	(4.441)
Lucro líquido ajustado após ajuste transição	147.797	279.656
Juros sobre o capital próprio - Mínimo estatutário	30.209	57.200
Juros sobre o capital próprio - Adicional proposto	63.066	129.350
Constituição de reserva estatutária	54.522	93.106

d) Ajuste de avaliação patrimonial: Com a adoção da Resolução CMN 4.966/21, os instrumentos financeiros constituído por Fundo de Investimento de Participações (FIP), passaram a ser mensurados a VJORA, e na adoção inicial da referida norma, R\$ 947 foram reclassificados de provisão para perdas registradas no ativo, para ajuste do Patrimônio Líquido, e no decorrer de 2025, foram constituídos ajustes por mensuração dos ativos na ordem de R\$ 708.

NOTA 14 - CONTAS DE RESULTADO

a) Receitas de carteira de crédito:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Rendas de empréstimos	57.155	113.328
Rendas de financiamentos	68.703	141.421
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.492	11.955
Total	131.351	266.705

b) Receitas de operações com títulos e valores mobiliários:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Rendas de títulos de renda fixa	22.423	37.473
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	144.784	258.068
Resultado com ajuste a valor justo	(8)	(8)
Total	167.199	295.533

c) Despesas com repasses:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Despesas de obrigações por repasse instituições oficiais no país	(25.938)	(53.859)
Despesas de repasses do exterior	(1.489)	(3.091)
Total	(27.427)	(56.950)

d) Receita de prestação de serviço:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Receita de tarifas	239	477
Gestão de fundos ⁽¹⁾	3.890	8.369
Total	4.129	8.846

⁽¹⁾ Em contrapartida à gestão de fundos, a Fomento Paraná é remunerada conforme evidenciado na nota explicativa nº 16, item "a".

e) Despesas de pessoal:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Proventos	(13.988)	(26.662)
Encargos sociais	(4.393)	(8.507)
Benefícios	(2.849)	(5.521)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.496)	(3.296)
Treinamentos	(76)	(107)
Remuneração estagiários	(887)	(1.711)
Total	(23.689)	(45.804)

f) Outras despesas administrativas:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Processamento de dados	(2.119)	(4.228)
Serviços de terceiros	(1.193)	(2.858)
Propaganda e publicidade	(1.710)	(2.487)
Aluguéis	(1.331)	(2.476)
Relações públicas	(1.800)	(2.371)
Contribuições filantrópicas	(1.632)	(1.632)
Serviços do sistema financeiro	(565)	(1.081)
Viagens	(531)	(893)
Judiciais - execução de cobrança	(408)	(699)
Serviços de vigilância e segurança	(279)	(537)
Manutenção e conservação de bens	(293)	(493)
Contribuições entidades associativas	(168)	(332)
Depreciações e amortizações	(117)	(266)
Seguros	(111)	(225)
Água, energia e gás	(101)	(217)
Comunicações	(67)	(130)
Outras despesas administrativas	(258)	(505)
Total	(12.683)	(21.430)

g) Despesas tributárias:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
COFINS	(10.976)	(20.369)
PIS	(1.784)	(3.310)
ISSQN	(354)	(657)
Outros	(105)	(202)
Total	(13.219)	(24.538)

h) Reversão (despesas) de provisão:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Contingências	(2.379)	(4.528)
Outras	86	154
Total	(2.293)	(4.374)

i) Outras receitas e despesas operacionais:

	2º Semestre 2025	Acumulado em 31/12/2025
Recuperação de encargos e despesas	527	1.033
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	1.360	2.817
Total de outras receitas operacionais	1.887	3.850
Descontos concedidos em renegociação	(17)	(22)
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	(2.271)	(3.520)
Total de outras despesas operacionais	(2.288)	(3.542)
Total	(401)	308

⁽¹⁾ Do total registrado nesta conta, R\$ 2.492 refere-se à atualização monetária do depósito judicial realizada até 31 de dezembro de 2025, conforme explicado na nota explicativa nº 7.

NOTA 15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:

	Acumulado em 31/12/2025	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	393.488	393.488	
Participações dos empregados	(4.533)	(4.533)	
Resultado após a participação dos empregados	388.955	388.955	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(153.389)	(153.389)	
Adições (exclusões) temporárias	34.515	34.515	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.740	3.740	
Provisão para perdas adicionais associadas ao risco de crédito	6.663	6.663	
Provisões para contingências e desvalorizações	4.518	4.518	
Rendas a apropriar em atraso estoque + 60 dias, transição Resolução CMN nº 4.966	(114)	(114)	
Baixa passivo fiscal diferido	14.719	14.719	
Ajuste de transição stop accrual 60-90 dias	35	35	
Outras adições (exclusões) temporárias	4.954	4.954	
Adições (exclusões) permanentes	(187.904)	(187.904)	
Juros sobre o capital próprio	(186.550)	(186.550)	
Outras adições (exclusões) permanentes	(1.354)	(1.354)	
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	235.566	235.566	
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	(1.818)	-	
Tributação sobre stop accrual 60-90, transição Resolução CMN nº 4.966	(9)	(7)	
IRPJ e CSLL correntes devidos às alíquotas vigentes (nota 3i)	(57.041)	(47.106)	
Ativo fiscal diferido	4.232	3.386	
Passivo fiscal diferido ⁽²⁾	3.680	2.944	
IRPJ e CSLL diferido calculados às alíquotas vigentes (nota 3i)	7.912	6.330	
Imposto de renda e contribuição social do período	(49.129)	(40.776)	

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e do Programa Empresa Cidadã, Lei de incentivo à Cultura (R\$ 750), Fundo do Idoso e da Criança (R\$ 442) e Atividades de Desporto (R\$ 440), deduzidos no imposto de renda apurado no período. ⁽²⁾ Refere-se de IRPJ e CSLL, constituído até 31 de dezembro de 2024, revertidos em 2025, e sua base de constituição oferecida a tributação definitiva, compo o imposto corrente devido no período.

b) Natureza e origem dos ativos fiscais diferidos:

Diferenças temporárias	01/01/2025	Constituição (Realização)	31/12/2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	23.935	5.467	29.402
Perda esperada de créditos a liberar	1.746	(171)	1.575
Provisão de outros ativos	23	3	25
Dedutibilidade das perdas de operações inadimplidas a razão de 1/84 avos	7.114	-	7.114
Rendas a apropriar em atraso estoque + 60 dias, transição Resolução CMN nº 4.966	402	(51)	350
Provisões cíveis e trabalhistas	6.309	2.033	8.342
Provisão de despesas	407	-	407
Ajuste ao valor justo TVM FGI (VJR)	18	(18)	-
Ajuste ao valor justo TVM FIP (VJORA)	773	581	1.354
Provisão para desvalorização de bens não de uso	-	195	195
Provisão programa de participação no lucro (PLR)	1.879	161	2.040
Total dos créditos tributários diferidos	42.605	8.200	50.804

⁽¹⁾ Ampliação da constituição do crédito tributário, a partir de 2025, para 10 anos.

c) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos: Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$ 44.201 e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação de 7,73% da Fomento Paraná, projetada para os períodos correspondentes:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2035	Total
Valor nominal	26.793	9.345	5.525	3.833	2.281	3.027	50.804
Valor presente	25.259	8.051	4.418	2.846	1.572	1.875	44.021

d) Créditos tributários não reconhecidos: Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam R\$ 15.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Estado do Paraná: Acionista majoritário detentor de 99,99% das ações da Fomento Paraná, com o qual a Fomento Paraná mantém as seguintes transações relacionadas: i. Gestão financeira e contábil do Fundos Estaduais, pela qual recebe comissão, calculadas conforme regras resumidas a seguir, sendo que no exercício de 2025, obteve receitas na ordem de R\$ 8.369:

Fundo	Natureza	Base legal	Base de cálculo	Percentual	Forma de pagamento
FDE	Fundo público	Lei Estadual nº 5.515/1967	Recebimentos caixa	4% a.a.	Anual
FEM	Fundo público	Decreto Estadual nº 2.758/2019	Patrimônio líquido	4% a.a.	Mensal
FAG/PR	Fundo público	Decreto Estadual nº 11.462/2018	Patrimônio líquido	0,25% a.m. ou mínimo de R\$20 a.m.	Mensal
F					



AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores em milhares de reais, exceto quando indicado)

cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatíveis com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA). A Instituição exerce a opção de destacar parcela do PR para aplicação exclusiva em operações de crédito com órgãos e entidades do setor público, que é deduzido para fins de verificação do cumprimento dos requerimentos mínimos de capital. A Fomento Paraná mantém, permanentemente, margem de PR em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.958/2021, bem como para a cobertura do Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRB) e o Adicional de Capital Principal mínimo requerido para RWA (ACP). O detalhamento do capital requerido relativamente ao RWA é o seguinte:

em relação à estratégia, à regulamentação, às políticas ou até mesmo oportunidades de aderência aos negócios da Instituição, a Gerência de Riscos e Compliance encaminhará o assunto ao Comitê de Gestão de Riscos e à Diretoria Reunida. Para o risco de crédito, o cálculo do requerimento de capital, parcela (RWACpad), é realizado mediante a abordagem padronizada, nos termos da legislação do BCB. **d) Risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez tem como objetivo identificar, avaliar e monitorar possíveis desequilíbrios no fluxo de caixa que possam impactar a Fomento Paraná. A Instituição define, por meio de política interna, os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, além de um plano de contingência que pode ser acionado caso esses níveis fiquem abaixo dos padrões estabelecidos. A liquidez da Instituição é acompanhada por meio de um relatório mensal elaborado pela Gerência de Riscos e Compliance. **f) Risco de conformidade (compliance):** Risco relacionado a perdas financeiras ou reputacionais que possam ocorrer em razão de descumprimentos de dispositivos legais e regulatórios, ou descumprimento de regulamentos internos. A Fomento Paraná possui norma específica de compliance, consonante com a Resolução CMN nº 4.595/2017, que estabelece processos e estrutura para monitoramento regulatório e acompanhamento de ações para gerenciamento do risco de conformidade. Eventos relacionados a este risco são reportados à alta administração e as ações relativas à função de conformidade em andamento são monitoradas através de relatórios anuais. **f) Risco social, ambiental e climático:** O risco social, ambiental e climático (SAC) refere-se à possibilidade de perdas financeiras, reputacionais ou operacionais decorrentes de impactos adversos associados a fatores como degradação ambiental, violações de direitos humanos, mudanças climáticas e outros aspectos correlatos. Para mitigar esses riscos, a Fomento Paraná desenvolveu uma ferramenta proprietária de gestão de riscos SAC, proporcionando maior segurança ao seu portfólio de crédito. Essa ferramenta permite identificar e monitorar potenciais riscos em propostas de crédito, levando em conta critérios como valor da operação, atividade econômica, localização e histórico dos envolvidos. As propostas são classificadas em quatro níveis de risco SAC: irrelevante, baixo, médio e alto. As classificadas como risco alto passam por uma análise mais aprofundada. Além disso, a Fomento Paraná oferece produtos financeiros que geram impacto positivo em aspectos socioambientais, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Outras informações, bem como o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), estão disponíveis em: <https://www.fomento.pr.gov.br/Institucional/Gerenciamento-de-Riscos-e-Capital>. **g) Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital é um processo de planejamento voltado para a avaliação de metas e necessidades de capital em alinhamento com os objetivos estratégicos da Instituição. Anualmente é elaborado o Plano de Capital, com uma abordagem prospectiva, a partir do orçamento previsto para os próximos anos (despesas) e do desempenho projetado no Planejamento Estratégico (receitas). As análises de cenários são fundamentadas principalmente nesses dois fatores, por serem de natureza endógena e, portanto, passíveis de gestão para enfrentar desafios identificados. Também são realizados, periodicamente, exercícios de Teste de Estresse em atendimento ao Programa de Teste de Estresse que a Instituição possui. **h) Análise de sensibilidade - Ativos e passivos:** Conforme determina a Resolução BCB nº 2/2020, artigo 35, a Fomento Paraná realizou análise de sensibilidade, aplicando estresse de variáveis em seus principais ativos e passivos, sujeitos às oscilações importantes e impactos nos resultados, resultando nos seguintes cenários: **Otimista:** aumento de 25% na taxa de juros que remunera a carteira de títulos e valores mobiliários; na taxa de juros das operações de crédito (pós-fixadas); e na taxa de juros das despesas de repasse (pós-fixadas). **Pessimista:** aumento de 25% na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. **Pessimista +:** Aumento de 25% na despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e redução de 25% na taxa de juros da carteira de títulos e valores mobiliários, na taxa de juros das operações de crédito (pós-fixada), e na taxa de juros das despesas de repasse (pós-fixada).

Efeito	Otimista	Pessimista	Pessimista +
Títulos e valores mobiliários	73.883	-	(73.883)
Operações de crédito	37.813	-	(37.813)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(6.166)	(6.166)
Despesas de repasse	(5.088)	-	5.088
Resultado bruto	106.608	(6.166)	(112.774)
Tributos	(47.827)	2.766	53.463
Resultado líquido	58.781	(3.400)	(59.311)
Patrimônio de referência	52.402	(3.400)	(59.311)

NOTA 19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes/não recorrentes:

	31/12/2025
Resultado líquido do exercício	299.050
(-) Eventos não recorrentes líquidos dos efeitos tributários	(2.694)
Reverso/(provisão) para contingências ⁽¹⁾	(4.451)
Outras receitas/despesas	(589)
Resultado não operacional ⁽²⁾	(137)
Tributos (IRPJ e CSLL) ⁽³⁾	2.482
Resultado líquido do exercício recorrente	301.744

⁽¹⁾ Provisão para processos trabalhista oriunda da ação do sindicato dos bancários relativos revisão do plano de cargos, carreiras e salários PCCS 2017. ⁽²⁾ Eventos decorrentes principalmente de ativos não financeiros mantidos para venda, sendo receita de contrato de aluguel vigente no ato da dação em pagamento, resultado de ganho/perda na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda, e, também, provisões para desvalorização desses ativos. ⁽³⁾ Impacto dos eventos não recorrentes na tributação sobre o lucro, incluído o efeito sobre créditos tributários. **b) - Evento subsequente: b.1 - Aumento de capital:** Em 15 de janeiro de 2026, o acionista majoritário, aporou recursos na ordem de R\$ 250.000, valor esse aplicado em títulos públicos, recolhidos ao BACEN em 20 de janeiro de 2026. O valor encontra-se registrado na rubrica Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), e o processo de aumento de capital foi realizado em 5 de fevereiro de 2026, e está em fase de análise junto ao Bacen. **b.2 - Fisco Municipal - Autuação ISS:** Conforme mencionado na nota explicativa 11c, considerando o trânsito em julgado definitivo da ação (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ocorrido em 04/02/2026, a Fomento Paraná está em tratativas com a Procuradoria Geral do Município de Curitiba, para que essa formalize o levantamento do depósito judicial em seu favor, visando a baixa dos Autos de Infração imputados em desfavor desta Fomento Paraná, e consequentemente liberada a certidão negativa, que atualmente encontra-se com pendência (certidão positiva com efeitos de negativa). Findo esse processo será feito um encontro de contas, entre os valores registrado no Ativo e Passivo, conforme mencionado nas notas explicativas 7 e 12.b, não gerando qualquer ônus financeiro à Fomento Paraná. **c) - Reforma Tributária:** A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), e altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações. A Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Administração vem acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

NOTA 18 - GESTÃO DE RISCOS, DE CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

O gerenciamento de riscos na Fomento Paraná é coordenado pela Gerência de Riscos e Compliance, subordinada ao Diretor-Presidente e liderada pela Diretora Jurídica, indicada nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017 Diretora para Gerenciamento de Riscos (Chief Risk Officer - CRO). Os riscos relevantes e o capital são gerenciados de maneira integrada em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.595/2017. Estas resoluções estabelecem diferentes responsabilidades conforme segmentação constante na Resolução CMN nº 4.553/2017. A Fomento Paraná está enquadrada no segmento 4 (S4), cumprindo as obrigações cabíveis ao bloco. O Relatório de Pilar 3, contendo a Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição (tabela OVA), encontra-se disponível no site da internet da Fomento Paraná, no endereço eletrônico: <https://www.fomento.pr.gov.br/Institucional/Gerenciamento-de-Riscos-e-Capital>. Dentre os principais riscos, destacam-se: **a) Risco operacional:** A gestão de riscos operacionais é baseada em avaliações dos produtos, contratos e processos da empresa. Os normativos internos da Fomento Paraná dispõem sobre as rotinas, emissão de relatórios, deliberações de ações preventivas e corretivas, frequência de avaliação, assim como o registro de perdas financeiras decorrentes de falhas. A alocação de capital regulamentar para risco operacional (RWAOpad) é apurada mediante abordagem padronizada conforme Resolução BCB nº 356/2023, cujo valor é calculado semestralmente seguindo premissas estabelecidas pelo BCB. **b) Risco de mercado e taxas de juros das operações classificadas na carteira bancária:** Todas as operações da Fomento Paraná são classificadas na carteira bancária. Mensalmente é avaliada a suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRB), conforme a abordagem padronizada para ΔNII estabelecido na Circular BCB nº 3.876/2018. **c) Risco de crédito:** O gerenciamento do risco de crédito é realizado a partir da análise da carteira de operações de crédito, isto é, no controle, no monitoramento e na recuperação de crédito da carteira, com base em cálculos estatísticos. O gerenciamento considera limites operacionais estabelecidos, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos técnicos, tais como modelos e critérios observados nas rotinas de concessão com o objetivo de manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração. Em um processo de gestão preventiva, contínua e integrada, o gerenciamento de risco de crédito também leva em conta a regulamentação, as políticas e as práticas internas. Havendo algum sinal que aponte para elevação substancial do risco, desvio

DIRETORIA EXECUTIVA			
Claudio Stabile Diretor-Presidente			
Maria Eugenia Grau-Bassas Diretora Administrativa Financeira	Adir Hannouche Diretor de Operações do Setor Privado	Cláudio Luiz Pacheco Diretor de Operações do Setor Público	Gustavo Emanuel Cejas Diretor de Mercado
Tatiany Zanatta Salvador Fogaça Diretora Jurídica			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Flávio Montenegro Balan - Presidente			
Conselheiros:			
Bruno Antonio de Novaes Parolin Carlos Romeu Ramos		Eduardo Francisco Sciarra Giancarlo Rocco	
José Eduardo Nasser Leticia Zaina Bindo Abdala			
CONTADORA			
Luciane de Oliveira Tessaro - CRC PR-044315/O-8			

Senhores Acionistas: Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Paraná S/A - Fomento Paraná, tendo examinado o Relatório da Administração, acompanhando as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, bem como o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, são da opinião de que os referidos documentos encontram-se em plenas condições de serem submetidos, apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 17 de março de 2026.
 João Carlos Ortega - Presidente do Conselho
 Elisandro Pires Frigo - Conselheiro
 Flávia Menegotto Battisti - Conselheira

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2º SEMESTRE DE 2025

Atividades Desenvolvidas: Em atendimento a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Paraná S/A desenvolveu as seguintes atividades: I. Com base nos relatórios e informações prestadas pelos Auditores Independentes, responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento dos trabalhos necessários e suficientes para sua opinião, as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas; II. Analisou, em conjunto com a empresa de Auditoria Independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras, especialmente em relação a adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21; III. Avaliou o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos; IV. Avaliou a efetividade das Auditorias Independente e Interna; V. Identificou a existência de questionamentos e fiscalizações por parte dos Órgãos Reguladores e de Supervisão; VI. Analisou o Relatório da Ouvidoria da Instituição; VII. Cumpriu as atribuições determinadas pelo CAD e Bacen. **Conclusões:** As informações e observações obtidas durante o 2º Semestre de 2025 permitiram ratificar a avaliação deste Comitê de Auditoria de que o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos, implantado na Instituição, mostra-se, em seus aspectos nucleares, efetivo e consistente com a natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, os quais são submetidos ao processo contínuo de revisão e implementação de melhorias. Constatou-se que a Auditoria Independente desenvolveu suas atividades seguindo os requisitos técnicos de atuação e de forma compatível com o porte e características da Instituição, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação. O Comitê de Auditoria, em função do acompanhamento dos trabalhos e da efetividade dos seus resultados, julga que a Auditoria Interna vem respondendo de forma adequada e progressiva, com demonstrações de evoluções tanto em relação aos procedimentos e metodologias implementadas como em relação à sua estrutura e qualidade de seus relatórios. Evidenciada a manutenção da convergência de implementação de ações destinadas a dotar a área de Auditoria Interna de recursos fundamentais às suas atividades, inclusive tecnológicos, com orientação estabelecida por ocasião da aprovação do Plano Anual de Auditoria PAA-020-2025, recomendando-se que seja dado prosseguimento nas ações. Considerando o Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Riscos implantado, a efetividade da Auditoria Interna e a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, assim como seu respectivo Relatório sobre as Demonstrações Financeiras, este Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 apresentam adequadamente a posição Financeira e Patrimonial da Agência de Fomento do Paraná S/A em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação societária brasileira e às normas editadas pelo Bacen.

Curitiba, 17 de março de 2026.
 Bruno Antonio de Novaes Parolin - Membro do Conselho de Administração
 Jorge Sebastião de Bem - Presidente
 Rogério Luiz Paganelli - Membro Efetivo
 Rooswelt Carlos de Azevedo Junior - Membro Qualificado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Agência de Fomento do Paraná S.A. Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional e Resolução BCB nº 352/2023 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2026.
BDO
 BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
 CRC 2 PRR-006853/F-9
 Ismael Nicomedio dos Santos
 Contador CRC 1 SP 263668/O-4 - S - PR



B.R.J. S/A CNPJ 81.898.710/0001-82

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 2025 (Expresso em reais)

ATIVO	NOTA	31.12.25	31.12.24	PASSIVO	NOTA	31.12.25	31.12.24
CIRCULANTE		759.267	413.213	CIRCULANTE		28.607.483	8.480
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	572.786	226.732	SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS		7.483	8.480
OUTROS CREDITOS		186.481	186.481	DIVIDENDOS A PAGAR	5	28.600.000	
NÃO CIRCULANTE		318.432.480	194.313.981	NÃO CIRCULANTE		57.200.000	57.200.000
INVESTIMENTOS				DIVIDENDOS A PAGAR	5	57.200.000	
PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS EMPRESAS		318.118.443	193.889.305	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.384.265	194.718.714
IMOBILIZADO		314.037	424.676	CAPITAL SOCIAL	6	224.685.000	148.758.932
				RESERVA LEGAL		8.695.393	1.451.719
				RESERVA DE LUCROS		3.872	44.508.063
TOTAL DO ATIVO		319.191.748	194.727.194	TOTAL DO PASSIVO		319.191.748	194.727.194

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 2025 (Expresso em reais)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	RESERVAS DE LUCROS		TOTAL DAS RESERVAS DE LUCROS	TOTAL GERAL
		CAPITAL SOCIAL	LUCROS A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA		
SALDO EM 31.12.2023		4.758.932	1.084.956	44.508.063	50.351.951
AUMENTO DE CAPITAL		144.000.000			144.000.000
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS			366.763	(366.763)	
LUCRO EXERCÍCIO 2024				26.574.263	26.574.263
PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO:					
ANTECIPAÇÃO DE DIVIDENDOS	6			(26.207.500)	(26.207.500)
SALDO EM 31.12.2024		148.758.932	1.451.719	44.508.063	194.718.714
DESTINAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL					
AUMENTO DE CAPITAL	6	75.926.068		(75.926.068)	(75.926.068)
LUCRO EXERCÍCIO 2025				152.211.719	152.211.719
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA	6		7.243.674	(7.243.674)	
PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO:					
DIVIDENDOS ADICIONAIS APROVADOS PARA PGTO. ATÉ 2028	6			(85.800.000)	(85.800.000)
DIVIDENDOS DO EXERCÍCIO APROVADOS ANTECIPADAMENTE				(27.746.168)	(27.746.168)
SALDO EM 31.12.2025		224.685.000	8.695.393	3.872	233.384.265

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Expresso em reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Sociedade tem sua sede localizada em Curitiba - PR e a sua atividade preponderante é Holdings de Instituições não Financeiras.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revisadas de maneira sistemática pela Sociedade e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 27 de fevereiro de 2025.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Caixa e equivalentes de caixa
 Os montantes incluídos no caixa e equivalentes correspondem aos valores em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Demais ativos circulantes e não circulantes
 São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas dos balanços. A Sociedade reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente vai gerar um benefício econômico futuro.

Imobilizado
 É demonstrado ao custo de aquisição, sendo a depreciação dos bens calculada pelo método linear, com base em taxas apuradas a partir da vida útil-econômica estimada dos bens.

Passivos circulantes e não circulantes
 São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Sociedade reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações
 Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Sociedade tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a administração da Sociedade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros
 A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à razão de 9%.

Apuração do resultado
 As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

Lucro por ações
 Calculado sobre o número médio ponderado das ações em circulação durante o exercício.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	0	1.161
Bancos	572.786	225.570
Aplicações financeiras	0	0
Total	572.786	226.731

NOTA 5. DIVIDENDOS A PAGAR
 A administração da sociedade aprovou a Distribuição de R\$. 85.800.000,00 para pagamento nos exercícios de 2026 a 2028, conforme autorizado pelo artigo 16 A, da Lei 15.270/2025.

NOTA 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social
 O Capital Social, inteiramente subscrito e realizado, é de R\$. 224.685.000,00 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil reais) dividido em 148.758.932 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Em 23/12/2025, houve aumento de capital no valor de R\$. 75.926.068,00 pela incorporação de lucros acumulados.

b. Reserva Legal

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da B.R.J. S.A., em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de vsas. as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Curitiba(pr), 24 de março de 2.026.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 2025 (Expresso em reais)

	31.12.25	31.12.24
RECEITA OPERACIONAL		
VENDAS DE PROD MERCADORIAS E SERVIÇOS	8.298.435	24.044.439
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS	(573)	(573)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.298.435	24.043.866
LUCRO BRUTO	8.298.435	24.043.866
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		
(-) GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(570.998)	(1.001.264)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	7.727.437	23.042.602
(+) DESPESAS FINANCEIRAS	(1.169)	(1.401.324)
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	906	12.380
(+) GANHO DE CAPITAL		6.193.048
(+) EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	144.484.544	
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	152.211.719	27.846.706
IMPOSTO DE RENDA	-	(929.267)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(343.176)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	152.211.719	26.574.263
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	153,52	26,80

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 2025 (Expresso em reais)

	31.12.25	31.12.24
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	152.211.719	26.574.263
AJUSTES DO LUCRO DO EXERCÍCIO		
(+) DEPRECIACÃO	110.639	127.200
(+) BAIXAS ATIVO IMOBILIZADO		908.871
(-) LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	152.322.358	27.610.334
AUMENTO / DIMINUIÇÃO DE CLIENTES E OUTROS		(163.797)
AUMENTO / REDUÇÃO CONTAS DE FUNCIONÁRIOS	(998)	(255)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	152.321.360	27.446.282
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) AQUISIÇÃO DE ATIVO PERMANENTE	(124.229.138)	(1.457.384)
CAIXA APLICADO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(124.229.138)	(1.457.384)
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(-) DIVIDENDOS PAGOS	(27.746.168)	(26.207.500)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(27.746.168)	(26.207.500)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	346.054	(218.602)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	226.732	445.334
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	572.786	226.732
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	346.054	(218.602)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Expresso em reais)

Constituída de acordo com as determinações da Lei 6.404/1976.

c. Reserva de retenção de Lucros
 Representada pelos lucros remanescentes de exercícios anteriores e destinada a futuros investimentos da Companhia.

d. Dividendos Propostos
 Durante o ano calendário de 2025 a Companhia distribuiu a título de dividendos intermediários, sujeitos à deliberação da assembleia geral, a importância de R\$. 27.746.168,00. Ainda, foi aprovada a Distribuição de R\$. 85.800.000,00 para pagamento nos exercícios de 2026 a 2028, conforme autorizado pelo artigo 16 A, da Lei 15.270/2025.

NOTA 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
 A Sociedade não possui nenhuma transação em aberto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos). As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente aplicações financeiras, contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

DIRETORIA

JOSÉ LUIZ SLAVIERO
 DIRETOR

CIRLEI TEREZINHA DELLANI MILLA
 TEC.CONTÁBIL - CRC - PR Nº 017399/O-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA DA COPADUBO S/A CNPJ nº 27.918.834/0001-37

Ficam convocados os senhores acionistas da Copadubo S/A, CNPJ/MF sob nº 27.918.834/0001-37 para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada no dia 28 de abril de 2026.

A Assembleia será realizada de forma **PRESENCIAL**, na sede do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Paranaguá, situada na Avenida Gabriel de Lara, 2247, Rocio, Paranaguá/PR.

A Assembleia acontecerá às **17h00**, em primeira convocação, com a presença da totalidade do capital social votante, em segunda convocação às **18h00**, com qualquer número do capital social.

A Assembleia deliberará sobre as seguintes ordem do dia:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025 e a eventual distribuição de dividendos;
- Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores e dos integrantes do Conselho de Administração; e
- Examinar, discutir e votar sobre a previsão orçamentária da Companhia para o Exercício de 2026.

Conforme disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, os diretores da Companhia comunicam que estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia no departamento financeiro/administrativo, os seguintes documentos:

- relatório de administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 31/12/2025;
- cópia das demonstrações financeiras do exercício 31/12/2025.

Informações Gerais: o acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando o documento hábil para sua identificação.

Paranaguá, 24 de março de 2026.

Allan Derik C. Benkendorf
 Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA DA COPADUBO ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S/A CNPJ nº 01.137.349/0001-32

Ficam convocados os senhores acionistas da Copadubo Administração de Imóveis S/A, CNPJ/MF sob nº 01.137.349/0001-32 para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a ser realizada no dia 28 de abril de 2026.

A Assembleia será realizada de forma **PRESENCIAL**, na sede do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Paranaguá, situada na Avenida Gabriel de Lara, 2247, Rocio, Paranaguá/PR.

A Assembleia acontecerá às **17h15**, em primeira convocação, com a presença da totalidade do capital social votante, em segunda convocação às **18h15**, com qualquer número do capital social.

A Assembleia deliberará sobre as seguintes ordem do dia:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025 e a eventual distribuição de dividendos;
- Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores e dos integrantes do Conselho de Administração; e
- Examinar, discutir e votar sobre a previsão orçamentária da Companhia para o Exercício de 2026.

Conforme disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, os diretores da Companhia comunicam que estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia no departamento financeiro/administrativo, os seguintes documentos:

- relatório de administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 31/12/2025; e
- cópia das demonstrações financeiras do exercício 31/12/2025.

Informações Gerais: o acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, apresentando o documento hábil para sua identificação.

Paranaguá, 24 de março de 2026.

Daniilo Martins de Souza
 Diretor Operacional

www.bemparana.com.br



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da BABY ROO COMERCIO DE ALIMENTOS S/A, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.282.307/0001-44, para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 07/04/2026, de modo digital, nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei n.º 6.404/1976 ("LSA"), bem como nos termos da Instrução Normativa DREI n.º 81/2020, Anexo V, Seção VIII, por meio de plataforma de endereço https://teams.live.com/join/9313663852165?p=Ax0v16mjMCvpSkb_bR7, às 08:30 horas, em primeira convocação, e às 09:00 horas, em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: prestação de taxa pessoal por acionistas em benefício da Companhia.

Informações Gerais: 1. No caso de algum acionista desejar ser representado por procurador na Assembleia, somente serão aceitas procurações outorgadas há menos de 1 (um) ano e enviadas anteriormente ao início da Assembleia, por via digital aos administradores da Companhia, nos termos dispostos no §1º do art. 126 da LSA. 2. A participação e a votação a distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto a distância e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico.

Curitiba/PR, 30 de março de 2026.

Leonardo Dallegre Afonso, Marcos Rodrigues da Costa e Paula Aline Machado Afonso – Membros do Conselho de Administração.

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do portal **BEM PARANÁ** com certificação digital reconhecida pelo ICP/ITI.
 Acesse também pelo link:
<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>



GUTIERREZ, PAULA, MUNHOZ S/A – CONSTRUÇÃO CIVIL. CGC/MF 76.495.886/0001-53

AVISO AOS ACIONISTAS
 Achem-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Pernet, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 29 de abril de 2026, sendo a primeira chamada às 14:00h e a segunda chamada às 14h30min, na Rua Emiliano Pernet, n.º 659 – Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados, relativas do exercício social encerrado em 31.12.2025.
- Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2025.
- Eleição de Diretoria.
- Consolidação do estatuto social conforme anexo 01
- Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2026.

João Cesar Fernandes Pessôa
 Diretor Presidente

GPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A CGC/MF 75.204.354/0001-57

AVISO AOS ACIONISTAS
 Achem-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia à Rua Emiliano Pernet, 659 SL 04, os documentos de que trata o artigo nº 133 da lei 6.404 de 15/12/1976, ou seja, o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras pertinentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 29 de abril de 2026, sendo a primeira chamada às 15:00h e a segunda chamada às 15h30min, na Rua Emiliano Pernet, n.º 659 – Piso P, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e resultados do exercício social encerrado em 31.12.2025.
- Destinação do lucro de exercício encerrado em 31.12.2025.
- Consolidação do estatuto social conforme anexo 01
- Outros assuntos de interesse social.

Curitiba, 27 de março de 2026.

João Cesar Fernandes Pessôa
 Diretor Presidente



GRUPO
ÁGUIA BRANCA
 Divisão Comércio

Savana
 Savana comércio de veículos LTDA
 24.706.364/0001-50

Relatório da Administração

É com satisfação que apresentamos as Demonstrações Contábeis da SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A empresa foi fundada em 2016, com sede em São José dos Pinhais, Paraná, e tem como objetivo o comércio e agenciamento de automóveis e peças da marca Mercedes-Benz, além de oferecer serviços de assistência técnica e vender veículos novos e usados. Atuando também nos estados de Paraná, Santa Catarina e São Paulo e Espírito Santo. No decorrer do ano de 2025, a SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS registrou receita líquida de R\$ 1,7 bilhões, evidenciando o volume de operações realizadas no período. Em 2025, a Companhia registrou redução no EBITDA em relação a 2024, refletindo menor geração operacional no período. Em contrapartida, houve significativa redução do endividamento total, mantendo a dívida líquida negativa e um nível de alavancagem confortável, o que demonstra solidez na estrutura financeira. A medida que nos dirigimos ao ano de 2026, a Companhia está confiante em suas perspectivas de crescimento contínuo. Continuaremos a investir em inovação, expansão e excelência operacional, mantendo nosso compromisso com a satisfação do cliente, a qualidade dos produtos e serviços e a geração de valor para os acionistas. A SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS

agradece a confiança e o apoio de nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas, e está comprometida em continuar a ser uma referência no mercado em que atua, gerando resultados sólidos e sustentáveis. A contribuição das diversas áreas do Grupo para os resultados e o patrimônio líquido pode ser melhor entendidos pelos quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
EBITDA	32.322	36.929	32.322	36.929
Lucro Líquido do Exercício	14.652	18.443	15.579	19.159
(+) Tributos sobre o lucro	10.722	13.431	10.737	13.660
(+/-) Resultado Financeiro	(2.077)	(1.344)	-	-
(+/-) Resultado de Participações Societárias	55.619	67.459	58.638	69.748
EBIT	5.612	5.092	6.291	5.715
(+) Depreciações/Amortizações	61.232	72.552	64.929	75.643
EBITDA	61.232	72.552	64.929	75.643
(+/-) Receitas/Despesas Não Operacionais	5.522	7.106	5.348	7.379

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
EBITDA Ajustado	66.754	79.657	70.277	82.842
Endividamento Curto Prazo	97.825	52.527	97.825	52.527
Endividamento Longo Prazo	20.000	121.005	20.000	121.005
Instrumentos Financeiros	2.100	(4.704)	2.100	(4.704)
Endividamento Total	119.925	168.828	119.925	168.828
Caixa e equivalentes de caixa e fundo de capitalização	151.346	164.253	154.372	165.450
Dívida Líquida	(31.421)	4.575	(34.447)	3.368
Convenants (Dívida Líquida / Ebitda)	(0,47)	0,06	(0,49)	0,04

Por fim, a Companhia acredita que tem adotado medidas importantes e necessárias para que continue a prestar um excelente serviço aos clientes e parceiros, consolidando-se como referência no mercado em que atua, crescendo com rentabilidade, organização e segurança nas operações. Por isso, a Companhia acredita em um 2026 de resultados ainda melhores.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	67.438	82.462	70.464	83.669
Fundo de capitalização de concessionárias	7	83.908	81.791	83.908	81.791
Contas a receber	8	249.929	230.762	260.077	239.590
Estoques	9	150.205	220.219	157.618	228.527
Tributos a recuperar	10	80.093	80.400	80.274	80.493
Adiantamento a fornecedores	11	10.291	2.718	10.300	2.721
Créditos diversos e outros	11	1.925	2.116	2.060	2.179
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.678	-	1.678	-
Contas a receber de partes relacionadas	12	2.022	870	1.832	845
		647.489	701.338	668.211	720.175
Não circulante					
Depósitos judiciais	20.1	158	198	158	198
Créditos diversos e outros	10	-	675	-	737
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	-	6.030	-	6.030
Direito de Uso de Ativos	17 a)	18.007	18.069	18.122	18.280
		18.165	24.972	18.280	25.245
Investimento	13	19.099	17.021	-	-
Imobilizado líquido	14	11.997	12.446	13.395	14.414
Intangível líquido	15	3.967	11.419	3.968	11.421
		35.063	40.886	17.363	25.835
Total do ativo		700.717	767.196	703.854	771.255

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	101.603	53.853	101.603	53.853
Fornecedores	18	279.379	301.559	281.338	304.148
Obrigações trabalhistas e tributárias	19	11.540	15.380	12.424	16.096
Adiantamento de clientes e outras obrigações	20	22.098	31.592	22.442	32.287
Contas a pagar para partes relacionadas	12	2.484	4.392	2.294	4.116
Passivo de arrendamento	17 b)	2.213	1.990	2.352	2.094
		419.317	408.766	422.453	412.594
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	20.000	121.005	20.000	121.005
Provisão para demandas judiciais	21	199	546	199	644
Passivo de arrendamento	17 b)	17.204	16.792	17.205	16.925
		37.403	138.343	37.404	138.574
Patrimônio líquido					
Capital social	22	28.040	28.040	28.040	28.040
Reserva de retenção de lucros	27.373	27.373	27.373	27.373	
Reservas de incentivos fiscais	17.592	17.592	17.592	17.592	
Reserva Especial	170.992	148.214	170.992	148.214	
Outros Resultados abrangentes	(1.132)	(1.132)	(1.132)	(1.132)	
		243.997	220.087	243.997	220.087
Total do passivo e do patrimônio líquido		700.717	767.196	703.854	771.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Lucros		Lucro do Exercício	Outros resultados abrangentes	Total
		Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28.040	27.373	127.038	17.592	(173)	199.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	36.929	(9.767)	36.929
Distribuição de lucros	-	-	-	(9.767)	(5.986)	(15.753)
Distribuição de lucros - não Controladores	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	21.176	(21.176)	-	-
Outros resultados abrangentes com Hegde Fluxo de Caixa	-	-	-	(959)	(959)	(959)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28.040	27.373	148.214	17.592	(1.132)	220.087
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.323	(5.918)	32.323
Distribuição de lucros	-	-	(5.918)	-	(5.918)	(11.836)
Distribuição de lucros - não Controladores	-	-	(3.627)	-	(3.627)	(7.254)
Constituição de reserva	-	-	32.323	(32.323)	-	-
Outros resultados abrangentes com Hegde Fluxo de Caixa	-	-	-	1.132	1.132	1.132
Saldos em 31 de dezembro de 2025	28.040	27.373	170.992	17.592	-	243.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Empresa faz parte do Grupo Águia Branca, o qual possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo e comércio de veículos e peças. A atividade relacionada com a área de comércio de veículos e peças é desenvolvida pela Empresa em conjunto com outras empresas do Grupo. Em 2025, foram realizadas a venda no total de 3.354 unidades de veículos novos, possuindo 495 funcionários no final de 2025. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e políticas contábeis materiais:** **2.1. Base de preparação:** **2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Empresa em 27 de março de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados: aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa. **2.2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo. **b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Diretoria não objetiva a atender compromissos de curto prazo. **2.2.2. Ativos financeiros:** **a) Classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descaimento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **2.2.3. Passivos financeiros:** **a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no

momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, e incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Os empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado e amortizados ao resultado junto dos encargos financeiros e afetam a determinação da taxa de juros efetiva. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **c) Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos durante o período de construção ou produção. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **d) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **2.2.4. Instrumentos Financeiros derivativos e atividades de hedge:** Os instrumentos financeiros incluem as operações de Swap, e são reconhecidos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Inicialmente, exceto pelas contas a receber que são reconhecidas ao seu preço de transação (conforme CPC 47), os instrumentos financeiros são mensurados ao seu valor justo e acrescidos, no caso de instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 47 está demonstrada na Nota 3.5 - Instrumentos financeiros por categoria. **2.2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. **2.2.6. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD):** As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Diretoria da Empresa como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas. As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída. **2.2.7. Estoques:** De acordo com o IAS 21/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera o valor de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.2.8. Imobilizado:** Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financeira, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Ano	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações
10 anos						
10 anos						
5 anos						
10 anos						
5 anos						
10 anos						

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos:** Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	1.792.136	1.729.373	1.844.844	1.773.385
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(1.602.946)	(1.532.978)	(1.647.794)	(1.573.074)
Lucro operacional bruto		189.190	196.395	197.050	200.311
Administrativas, comerciais e gerais	25	(128.028)	(122.076)	(133.027)	(126.652)
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	(5.542)	(6.860)	(5.383)	(3.911)
Resultado de equivalência patrimonial	13.3	2.077	1.344	-	-
Receitas (despesas) operacionais		(131.493)	(127.592)	(138.410)	(130.563)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		57.697	68.803	58.640	69.748
Despesas financeiras		(48.220)	(34.043)	(48.577)	(34.515)
Receitas financeiras		37.498	20.612	37.840	20.855
Resultado financeiro	27	(10.722)	(13.431)	(10.737)	(13.660)
Lucro antes da provisão para o IR e CS		46.975	55.372	47.903	



...continuação

Savana Comércio de Veículos Ltda - CNPJ: 24.706.364/0001-50

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível. • Exemplos ilustrativos; e, • Alterações à IFRS 1/CPIC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPIC 02 (R2) alterada. A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPIC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluiu que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais: • a Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; • a Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e, • Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, concluiu que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos. **b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incertezas relacionadas ao clima:** Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil. A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis. **2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: a) Alterações na IFRS 7/CPIC 40 (R1) e IFRS 9/CPIC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; b) Alterações na IFRS 7/CPIC 40 (R1) e IFRS 9/CPIC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPIC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **3. Impactos da Reforma Tributária: Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou o operacionalização dos novos tributos sobre o consumo, notadamente o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: • CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de natureza estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • Imposto Seletivo (IS): Novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e, • Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025):** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e, • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). **3.1. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: • Reconhecimento de receita; • Contingências; • Investimentos; • Benefício a empregados; A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Diretoria da Empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo. Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a: • Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 7); • Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos (Nota explicativa nº 27). No entendimento da Diretoria da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **3.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis. **3.2.1. Controladas:** Controladas são todas as empresas cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Empresa e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Empresa controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Transações intercompany, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **3.2.2. Perda de controle em controladas:** Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida na empresa é mensurada novamente ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Empresa tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. A Empresa detém participação na seguinte empresa controlada: 100% de participação na Savana Pneus LTDA, empresa que comercializa Pneus Michelin Novos e também oferece o serviço de Recapagem, na cidade São José dos Pinhais no estado do Paraná. **4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros: 4.1. Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo comitê financeiro da empresa e aprovado pelo Conselho de Diretoria da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo comitê financeiro da companhia e posteriormente submetida à Diretoria. **4.2. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo o risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A gestão de risco é realizada pela alta Diretoria da Empresa, seguindo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Diretoria da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. **a) Risco de mercado:** A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **b) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos as taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos as taxas fixas expõem a Empresa ao risco de valor justo associado a taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Empresa está atrelada a taxas prefixadas, a Diretoria entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. **c) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na nota explicativa nº 22. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além das já constituídas (Nota Explicativa nº 7). O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	67.438	82.462	70.464	83.669
Contas a receber (nota 7)	249.929	230.762	260.077	239.950

d) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo do Grupo ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Empresa, além do saldo exigido para Diretoria do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Natureza	31 de Dezembro de 2025				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	101.603	20.000	-	-	121.603
Fornecedores	279.379	-	-	-	279.379
	380.982	20.000	-	-	400.982

Natureza	31 de Dezembro de 2025				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	101.603	20.000	-	-	121.603
Fornecedores	281.338	-	-	-	281.338
	382.941	20.000	-	-	402.941

4.3. Gestão de capital: Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir o nível de endividamento, por exemplo. A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeiro. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim resumidos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	121.603	174.858	121.603	174.858
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(67.438)	(82.462)	(70.464)	(83.669)
(-) Fundo de capitalização de Concessionárias	(83.908)	(81.791)	(83.908)	(81.791)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(1.678)	(6.030)	(1.678)	(6.030)
Dívida líquida	(31.421)	4.575	(34.447)	3.368
Patrimônio líquido	243.997	220.087	243.997	220.087
Patrimônio líquido e dívida líquida	212.576	224.662	209.550	223.455

Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Controladora	
					Data Vencimento	Valor Nocial US/€
Itau	USDV	5.95% a.a.	100.00% CDI+1.46% a.a.	27/12/24	28/12/2026	3.288
					24/03/2026	4.021
Safra	USDV	6.16% a.a.	100.00% CDI+2.30% a.a.	28/03/24	28/12/2026	20.000
					24/03/2026	20.000
Totais						(2.100)

Instrumentos Derivativos Ativos 1.678
Instrumentos Derivativos Passivos (3.778)
(2.100)

Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Consolidado	
					Data Vencimento	Valor Nocial US/€
ITAU	USDV	5.95% a.a.	100.00% CDI+1.46% a.a.	27/12/24	28/12/2026	3.288
					24/03/2026	4.021
SAFRA	USDV	6.16% a.a.	100.00% CDI+2.30% a.a.	28/03/24	28/12/2026	20.000
					24/03/2026	20.000
Totais						(2.100)

Instrumentos Derivativos Ativos 1.678
Instrumentos Derivativos Passivos (3.778)
(2.100)

5. Estimativas e premissas contábeis críticas: A Diretoria da Empresa estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • **Taxa de amortização:** A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção; • **Provisões:** A determinação de provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • **Impairment:** A Diretoria revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. • **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Diretoria da Empresa com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

6. Caixa e equivalentes de caixa: Representado por:

Caixa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	28	33	32	37
Aplicações financeiras	67.385	82.381	70.371	83.571
	67.413	82.414	70.403	83.608

(*). As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), não possuindo garantia atrelada aos seus saldos. As aplicações possuem rentabilidade de 20% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **7. Fundo de capitalização das concessionárias:** Referente aos recursos aportados no fundo de capitalização das concessionárias Mercedes-Benz, o qual tem como finalidade garantir a segurança e a liquidez das operações de crédito realizadas pela montadora aos concessionários. O referido fundo é constituído por contribuições da Empresa, em função da comercialização de veículos novos, componentes e parcela da montadora. Os valores aplicados nesse fundo possuem movimentação e resgates mensais de acordo com as regras estabelecidas no contrato celebrado com a montadora, possuindo liquidez e saldo contábil compatível com o valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo do fundo para capitalização de concessionárias, em nome da Empresa, estava representado pelas seguintes aplicações financeiras:

Fundo de capitalização de Concessionárias	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	83.908	81.791	83.908	81.791
	83.908	81.791	83.908	81.791

8. Contas a receber:

Veículos, peças e acessórios e serviços	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Veículos de veículos	227.441	208.337	235.539	216.467
Cheques a receber	-	(7)	-	(7)
Cartões de crédito	39	76	163	121
Incentivos de venda, garantias e outros (i)	2.527	2.466	3.717	3.479
	19.922	19.890	20.658	19.890
	249.929	230.762	260.077	239.950

(i) Referem-se aos incentivos de vendas, garantias e outras contas a receber da montadora. A abertura do saldo de conta a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

A vencer	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Vencidos até 30 dias	226.342	199.896	235.675	207.925
Vencidos de 31 a 90 dias	14.287	25.002	14.667	25.942
Vencidos de 91 a 180 dias	3.693	4.176	3.768	4.260
Vencidos de 181 a 365 dias	2.185	1.177	2.230	1.221
Vencidos + de 365 dias	1.898	387	1.992	458
	1.524	124	1.545	144
	23.587	30.866	24.201	32.025
	249.929	230.762	260.077	239.950

Baixas de duplicatas consideradas como perdas já constituídas:

Baixas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(-) Perdas Recuperáveis	467	427	577	632
	(198)	(205)	(230)	(246)
	269	222	347	386

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Os valores de perdas apurados são imateriais, assim não constituíram perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

9. Estoques:

Veículos novos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Veículos usados	103.373	172.526	103.373	172.526
Peças e acessórios	10.063	5.516	10.063	5.516
	36.769	42.177	44.182	50.485
	150.205	220.219	157.618	228.527

No exercício de 2025, houve redução no estoque de veículos, especialmente de veículos novos, em função do atendimento à demanda específica de vendas diretas, como parte da estratégia comercial adotada no período. Adicionalmente, a Companhia priorizou a comercialização de veículos usados e de peças e acessórios, sendo que, no caso das peças, o volume de vendas superou as recompras realizadas ao longo do exercício, resultando na redução do saldo final de estoques.

4.4. Estimativa do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: • **Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais; • **Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados nos mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direto (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), além dos preços cotados incluídos no Nível 1; • **Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). **I. Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado:** a) **Aplicações financeiras:** Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. b) **Empréstimos e financiamentos:** Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 15. c) **Contas a receber e fornecedores:** Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. A Empresa não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso. **d) Análise de sensibilidade:** A Empresa realiza captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Empresa. Considerando o cenário de juros no mercado interno, tendo a TLP como seu principal indexador, como base na taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2025, projetamos os seguintes cenários:

Valor total da dívida	Controladora		Consolidado	
	Cenário positivo -10%	Cenário negativo -5%	Cenário positivo 20%	Cenário negativo 10%
Taxa estimada provável	119.760	119.760	119.760	119.760
Despesa financeira provável	(22.764)	(22.764)	(22.764)	(22.764)
Taxa estimada considerando os cenários	17,11%	18,06%	22,81%	20,91%
Despesa financeira recalculada	(20.487)	(21.626)	(27.317)	(25.040)
Acrescimo/decrécimo na despesa	(2.276)	(1.138)	4.553	2.276

Valor total da dívida	Controladora		Consolidado	
	Cenário positivo -10%	C		



...continuação

Savana Comércio de Veículos Ltda - CNPJ: 24.706.364/0001-50

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

13.4. Savana Pneus Ltda.: A Empresa iniciou suas operações em junho de 2017, sendo seu objetivo principal a comercialização de Pneus Michelin Novos e também oferecer o serviço de Recapagem, na cidade, São José dos Pinhais no Estado do Paraná. **14. Imobilizado líquido:** Representado por:

Descrição	%Taxa de depreciação/amortização	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Beneficência em propriedade de terceiros	10	3.442	4.224	3.701	4.723
Veículos	20	3.976	4.655	4.337	5.050
Veículos Godrive					
Máquinas e equipamentos	10	3.383	2.110	4.103	3.110
Computadores e periféricos	20	390	474	413	507
Instalações	10	199	243	201	245
Móveis e utensílios	10	607	740	640	779
Aeronave	10	-	-	-	-
Total		11.997	12.446	13.395	14.414

14.1. Movimentação analítica: A movimentação analítica do imobilizado para o exercício de 2025 e 2024 encontra-se demonstrada a seguir: **14.1.1. Controladora:**

Descrição	Custo			
	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2025
Beneficência em propriedade de terceiros	13.373	1.059	-	14.432
Veículos	5.086	4.889	(5.443)	4.532
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	3.681	1.803	(28)	5.456
Computadores e periféricos	1.395	134	(9)	1.520
Instalações	424	-	-	424
Móveis e utensílios	1.438	17	(5)	1.450
Aeronave	-	-	-	-
Investimento subvenção	-	-	-	-
Total do custo	25.397	7.902	(5.485)	27.814

Descrição	Depreciação			
	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2025
Beneficência em propriedade de terceiros	(9.148)	(1.841)	1	(10.988)
Veículos	(430)	(127)	-	(557)
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	(1.572)	(503)	1	(2.074)
Computadores e periféricos	(922)	(211)	3	(1.130)
Instalações	(181)	(44)	-	(225)
Móveis e utensílios	(698)	(145)	-	(843)
Aeronave	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(12.951)	(2.871)	5	(15.817)
Total do imobilizado líquido	12.446	5.031	(5.480)	11.997

Descrição	Custo			
	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2024
Beneficência em propriedade de terceiros	12.334	449	-	13.373
Veículos	7.732	1.645	(4.291)	5.086
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	3.145	634	(98)	3.681
Computadores e periféricos	1.395	167	(167)	1.395
Instalações	388	36	-	424
Móveis e utensílios	1.390	72	(24)	1.438
Aeronave	-	-	-	-
Investimento subvenção	590	-	(590)	-
Total do custo	26.974	3.003	(4.580)	25.397

Descrição	Depreciação			
	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2024
Beneficência em propriedade de terceiros	(7.449)	(1.699)	-	(9.148)
Veículos	(419)	(11)	-	(430)
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	(1.240)	(338)	6	(1.572)
Computadores e periféricos	(782)	(214)	74	(922)
Instalações	(138)	(43)	-	(181)
Móveis e utensílios	(562)	(141)	5	(698)
Aeronave	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(10.590)	(2.446)	85	(12.951)
Total do imobilizado líquido	16.384	557	(4.495)	12.446

Descrição	Custo			
	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2025
Beneficência em propriedade de terceiros	14.071	1.059	-	15.130
Veículos	5.621	4.889	(5.443)	5.067
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	6.549	1.816	(61)	8.304
Computadores e periféricos	1.467	134	(9)	1.592
Instalações	427	-	-	427
Móveis e utensílios	1.518	19	(5)	1.532
Aeronave	-	-	-	-
Investimento subvenção	-	-	-	-
Total do custo	29.653	7.917	(5.518)	32.052

Descrição	Depreciação			
	Saldo Anterior 31/12/2024	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2025
Beneficência em propriedade de terceiros	(9.347)	(2.080)	1	(11.426)
Veículos	(571)	(161)	-	(732)
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	(3.442)	(790)	28	(4.204)
Computadores e periféricos	(959)	(221)	3	(1.177)
Instalações	(181)	(44)	-	(225)
Móveis e utensílios	(739)	(154)	-	(893)
Aeronave	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(15.239)	(3.450)	32	(18.657)
Total do imobilizado líquido	14.414	4.467	(5.486)	13.395

Descrição	Custo			
	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2024
Beneficência em propriedade de terceiros	13.089	449	(57)	14.071
Veículos	8.267	1.645	(4.291)	5.621
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	5.999	649	(99)	6.549
Computadores e periféricos	1.467	167	(167)	1.467
Instalações	391	36	-	427
Móveis e utensílios	1.458	84	(24)	1.518
Aeronave	-	-	-	-
Investimento subvenção	590	-	(590)	-
Total do custo	31.261	3.030	(4.638)	29.653

Descrição	Depreciação			
	Saldo Anterior 31/12/2023	Adição	Baixa	Saldo Final 31/12/2024
Beneficência em propriedade de terceiros	(7.449)	(1.898)	-	(9.347)
Veículos	(560)	(11)	-	(571)
Máquinas e equipamentos/Ferramentas	(2.824)	(624)	6	(3.442)
Computadores e periféricos	(808)	(225)	74	(959)
Instalações	(138)	(43)	-	(181)
Móveis e utensílios	(596)	(148)	5	(739)
Aeronave	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada	(12.375)	(2.949)	85	(15.239)
Total do imobilizado líquido	18.887	81	(4.553)	14.414

14.1.3. Revisão da vida útil: A Empresa avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **15. Intangível líquido:** Representado por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Direito de uso de software	20	959	961	977
Direito de Concessão	-	36.406	36.406	36.406
Total	20.000	37.365	37.367	37.383

15.1. Resumo de movimentação: A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	11.419	18.844	11.421	18.844
(+) Aquisições	-	-	1	2
(-) Baixas	-	-	-	-
(-) Amortização	(7.452)	(7.425)	(7.454)	(7.425)
Saldo final	3.967	11.419	3.968	11.421

15.2. Direito de Concessão: Em 01 de julho de 2021, por meio de instrumento particular de venda foi adquirido o direito de concessão Vans Center no valor de R\$ 36.405, referente a marca Mercedes-Benz, associada às filiais localizadas em Curitiba. A amortização teve início em março de 2022, com previsão de término em junho de 2026, conforme contrato. **15.3. Revisão da vida útil:** A Empresa avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. **16. Empréstimos e Financiamentos:** A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024: Representado por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Capital de giro	25.423	76.770	25.423	76.770
Notas Comerciais	50.709	50.578	50.709	50.578
Operações de moeda estrangeira	45.471	40.621	45.471	40.621
Encargos Financeiros	-	(273)	-	(273)
Provisão a valor Justo	-	7.162	-	7.162
Total	121.603	174.858	121.603	174.858

16.1. Capital de giro: O empréstimo de capital de giro é corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou TR (Taxa Referencial), acrescido da seguinte taxa de juros:

Captação	% - Juros anuais	Capital Giro - Consolidado		Provisão	
		Saldo	Financiamentos CP	Justo CP	Circulante
30.000	CDI+2,30%a.a	5.233	(94)	260	5.399
40.000	CDI+1,92%a.a	24	-	-	24
70.000		5.257	(94)	260	5.423

16.2. Operações de moeda estrangeira:

Captação	% - Juros anuais	Operações de moeda estrangeira - Consolidado	
		Saldo	Circulante
20.000	CDI + 1,90% a.a	22.499	22.499
20.000	CDI + 2,30% a.a	22.972	22.972
40.000		45.471	45.471

16.3. Notas Comerciais: (i) A Companhia realizou em novembro de 2023, a 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia fidejussória, na modalidade de aval. No valor total de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) com distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022. **Notas Comerciais: Características:** As principais características da 1ª emissão de notas comerciais escriturais:

Classificação da emissão	Notas Comerciais Escriturais
Data da emissão	28 de novembro de 2023
Data final da liquidação	28 de novembro de 2026
Quantidade	50.000 (cinquenta mil)
Valor total da emissão	R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)
Espécie	N/A
Forma	Rito de Registro Automático de Distribuição
Remuneração mensal	mensal 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de um percentual (spread) de 2,26% (dois inteiros e vinte e seis por cento) ao ano
Pagamento da remuneração mensal	Os pagamentos a que fazem jus as Notas Comerciais serão efetuadas pela Companhia (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 Remuneração das Notas Comerciais, será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 28 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano
Pagamento do principal	prazo de vencimento de 36 (trinta) meses, com carência de 30 (trinta meses) contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de maio de 2026 e 28 de novembro de 2026.
Garantias	Fidejussória
Obrigações adicionais - índices financeiros	Companhia Controladora (balanço consolidado) observância pela Fiaidora, em cada período de apuração, o qual será anual, do limite de 3,5x para a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA calculado pela Fiaidora e acompanhado pelo Agente Fiduciário com base nas informações publicadas nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas consolidadas da Fiaidora, a partir da publicação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social final em 31 de dezembro.

(Testados todo final de ano): Companhia Controladora (balanço consolidado):

Captação	% - Juros anuais	Notas Comerciais - Consolidado	
		Saldo	Circulante
50.000	CDI + 2,26% a.a	50.709	50.709
50.000		50.709	50.709

16.4. Garantias: As linhas de empréstimos possuem como garantia notas promissórias e aval dos acionistas controladores. **16.5. Composição da parcela de longo prazo:** Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

Controladora	31/12/2025			
	Capital de giro	Notas Comerciais	Leasing	Operações de moeda estrangeira
2027	20.000	-	-	-
2028+	-	-	-	-
Total	20.000	-	-	-

16.6. Movimentação dos empréstimos:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Controladora			
	2025	2024	2025	2024
80.000	162.842	162.842	162.842	162.842
Captações	80.000	80.000	80.000	80.000
Provisão de juros	1.992	1.992	1.992	1.992
Amortizações	(13.759)	(13.759)	(13.759)	(13.759)
Pagamento de juros	(71.621)	(71.621)	(71.621)	(71.621)
Encargos financeiros	(19.148)	(19.148)	(19.148)	(19.148)
Encargos a valor justo	(273)	(273)	(273)	(273)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	174.858	174.858	174.858	174.858

17. Direito de Uso de Ativos - Arrendamento: A partir de 1º de janeiro de 2019, a Empresa aplicou a CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Empresa de 17,42%, e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para o aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme o pagamento efetivo do arrendamento. A Empresa aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

a) Ativo de direito de uso:	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	18.069	5.043	18.280	7.105
Aquisições	2.755	18.087	2.765	18.181
Amortização	(2.817)	(115)	(2.923)	(193)
Baixas	-	(4.946)	-	(6.813)
Saldo Final				



...continuação

Savana Comércio de Veículos Ltda - CNPJ: 24.706.364/0001-50

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da Savana Comércio de Veículos Ltda. - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Savana Comércio de Veículos Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Savana Comércio de Veículos Ltda., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Savana Comércio de Veículos Ltda., e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CFC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil definida e de longa duração:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nos 13 e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos tangíveis e intangíveis em montantes relevantes. A Diretoria da Empresa aplica, no mínimo, anualmente procedimentos para assegurar que seus ativos tangíveis e intangíveis estejam registrados contabilmente por valor que não exceda aos seus valores de recuperação e, se for o caso, reconhecem um ajuste para perdas por desvalorização. Esses procedimentos envolvem julgamento significativo da Diretoria sobre os resultados futuros do negócio, bem como presume que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando a complexidade devido às peculiaridades das operações, à relevância dos valores envolvidos e a existência e o controle físico dos ativos tangíveis, consideramos esses assuntos como significativos em nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • A avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC); • O envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela Diretoria para recuperabilidade de destes ativos; • Avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros e demonstrações do resultado comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; • Avaliação da metodologia de cálculo e da análise de sensibilidade das premissas; • Avaliação das políticas contábeis e outras informações elucidativas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita - CPC 47:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresentou receitas líquidas nos montantes de R\$ 1.792.136 mil e R\$ 1.844.844 mil, individual e consolidado, respectivamente, as quais são provenientes das vendas de veículos, peças e pneus. O processo de reconhecimento das receitas está suportado pelos contratos firmados e notas fiscais de vendas e de prestação de serviços por parte dos responsáveis por sua elaboração. Em função da relevância dos valores envolvidos e, também, a complexidade do processo de mensuração e reconhecimento da receita no âmbito do IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Avaliamos e obtivemos entendimento do processo de reconhecimento de receita e do desenho de controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração; Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes detalhados nos seguintes procedimentos realizados na Companhia: • Testes sobre a efetividade dos controles internos utilizados pela Empresa relacionados a receita de vendas e de prestação de serviços; • Entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Empresa e suas investidas no cálculo das receitas faturadas; • Testes, com base em seleção por amostragem, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas, por meio de confronto dos boletins de medição com as informações constantes dos contratos firmados, bem como da avaliação se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto; • Avaliação das políticas contábeis e outras informações elucidativas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como resultado desses procedimentos, consideramos que os julgamentos e premissas utilizadas pela Diretoria da Empresa, para o reconhecimento de receitas, como sendo razoáveis com os dados e informações obtidas ao longo de nossos trabalhos, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de Savana Comércio de Veículos Ltda., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/F
Cristiano Mendes de Oliveira - Contador - CRC 1 RJ 078157/0-2

//bemparanádigital

Acompanhe em tempo real

No Digital

BEM CONECTADO,
BEM INFORMADO,
BEM VOCÊ!

Siga no Insta

@bemparana
/bemparana
<https://www.bemparana.com.br>

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Paraná Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código 1BC0-D979-37A8-92C9.



MOBI7 TECNOLOGIA EM MOBILIDADE S.A.
 CNPJ: 27.801.556/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Cumprindo as disposições estatutárias e legais, temos a satisfação de submeter à vossa apreciação as demonstrações financeiras da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Aproveitamos para reafirmar, que está Diretoria permanece à disposição dos Senhores usuários deste relatório para qualquer informação que se fizer necessária para perfeita interpretação e compreensão das demonstrações aqui apresentadas.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais – R\$)

	Individual			Individual	
	31/12/25	31/12/24		31/12/25	31/12/24
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.997	8.727	Fornecedores	19.045	10.644
Aplicações financeiras	14.669	14.345	Salários e encargos	8.742	8.667
Contas a receber	27.956	12.104	Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.929	2.527
Tributos a recuperar	3.428	2.914	Passivo de arrendamento	578	583
Outros ativos circulantes	1.461	376	Dividendos a pagar	1.542	-
Total do ativo circulante	50.511	38.466	Outros passivos	2.752	646
Ativo não circulante			Total do passivo circulante	35.588	23.067
Realizável a longo prazo:			Passivo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.985	2.043	Passivo de arrendamento	118	739
Depósitos judiciais	391	-	Outros passivos	1.101	1.211
Investimento	3.375	2.845	Total do passivo não circulante	1.219	1.950
Imobilizado	204.478	161.751	Total do passivo	36.807	25.017
Intangível	295	390	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	210.524	167.029	Capital social	217.950	187.950
Total do ativo	261.035	205.495	Reservas de Capital	1.064	1.229
			Reserva de lucros	4.951	-
			Prejuízos acumulados	-	(8.739)
			Outros resultados abrangentes	263	38
			Total do patrimônio líquido	224.228	180.478
			Total do passivo e do patrimônio líquido	261.035	205.495

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	Individual	
	2025	2024
Receitas Líquidas	159.719	122.217
Custos	(131.374)	(99.962)
Lucro bruto	28.345	22.255
Receitas (Despesas) operacionais:		
Com vendas, gerais, administrativas e outras	(4.601)	(2.604)
Resultado de participações societárias	(2.528)	(1.705)
	(7.129)	(4.309)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	21.216	17.946
Receitas Financeiras	4.140	2.910
Despesas Financeiras	(309)	(293)
	3.831	2.617
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.047	20.563
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(9.756)	(7.679)
Diferido	(59)	644
	(9.815)	(7.035)
Lucro líquido do exercício	15.232	13.528

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	Individual	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.232	13.528
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado	225	101
Variação cambial de investidas no exterior	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	225	101
Resultado abrangente total do exercício	15.457	13.629

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais – R\$)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Opções Reconhecidas	Outorgadas	Reserva legal	Dividendos adicionais			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	150.000		994			(22.267)	(63)	128.664
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	13.528	-	13.528
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	101	101
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	1.097	-	-	-	-	1.097
Plano de opção de incentivos de longo prazo	-	-	(862)	-	-	-	-	(862)
Exercício de plano de opção de incentivo de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos de Capital	37.950	-	-	-	-	-	-	37.950
Saldos em 31 de dezembro de 2024	187.950		1.229			(8.739)	38	180.478
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	15.232	-	15.232
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	225	225
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	756	-	-	-	-	756
Plano de opção de incentivos de longo prazo	-	-	(921)	-	-	-	-	(921)
Exercício de plano de opção de incentivo de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos de Capital	30.000	-	-	-	-	-	-	30.000
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	325	-	(325)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.542)	-	(1.542)
Dividendos propostos adicionais	-	-	-	-	4.626	(4.626)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	217.950		1.064	325		4.626	263	224.228

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	Individual	
	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	15.232	13.528
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortização	57.332	41.742
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59	(644)
Resultado de participações societárias	2.528	1.705
Juros sobre passivo de arrendamento	70	132
Provisão de participação nos resultados	6.373	6.539
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas ("PECLD") e baixa de incobráveis	596	206
Plano de incentivo de longo prazo	756	1.097
Baixas do imobilizado e intangível, líquidas	5.210	3.866
Outros	(1)	-
Variação dos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(324)	(7.949)
Contas a receber	(16.448)	(5.347)
Tributos a recuperar	(3.326)	(1.503)
Deposito judicial	(391)	-
Outros ativos	(1.085)	(36)
Fornecedores	8.401	4.482
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.219)	(5.290)
Tributos a recolher	-	(1.066)
Imposto de renda e contribuição social	9.756	7.679
Outros passivos	1.996	541
Caixa gerado nas atividades operacionais	79.515	59.682
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.542)	(5.451)
Juros pagos sobre arrendamentos	(70)	(132)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	72.903	54.099
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisições de ativos imobilizados	(105.174)	(85.315)
Aquisições de ativos intangíveis	-	(449)
Aumento de capital em controlada	(2.833)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(108.007)	(85.764)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Amortização de passivo de arrendamento	(626)	(1.001)
Aumento de capital	30.000	37.950
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	29.374	36.949
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(5.730)	5.284
Saldo do caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	8.727	3.443
No final do exercício	2.997	8.727
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(5.730)	5.284

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais – R\$)

Contexto operacional: A Mobi7 Tecnologia e Mobilidade S.A. ("companhia"), é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede em Curitiba, Paraná. A Companhia é subsidiária integral da Localiza Fleet S.A. A Companhia tem como objeto social: (i) Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios; (ii) Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores; (iii) Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação; (iv) Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (v) Consultoria em tecnologia da informação; (vi) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (vii) Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador. As explicações de saldos e aberturas estão à disposição na Companhia e a Administração está disponível para esclarecimento de eventuais dúvidas.

DIRETORIA E CONTADOR
 João Hilário de Avila Valgas Filho - Diretor Presidente
 Ricardo Ferreira Novo - Diretor Executivo
 Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa - Diretor de Finanças
 Guilherme Cezar Muller - Contador – CRC PR 067.205/O

O Jornal BEM PARANÁ
 conta com uma equipe
 qualificada para cuidar
 da Publicidade Legal
 de sua empresa.

Entre em contato
 conosco e solicite
 um orçamento.

Teremos o maior prazer em atendê-lo.

A melhor relação

custo x benefício

em publicidade legal

está no

Bem Paraná

Faça um orçamento sem compromisso



TCE ENGENHARIA LTDA

CNPJ/MF nº 76.436.146/0001-46 - NIRE 41 2 0247648 4

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Tais informações vêm acompanhadas pelo relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que foi discutido e revisado pela Administração. Estas demonstrações são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. Curitiba-PR, 24 de março de 2026. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table with columns for Ativo (Circulante, Não Circulante, Total) and Passivo (Circulante, Não Circulante, Total) for 2025 and 2024. Includes sub-rows for various assets and liabilities.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

derão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa. Os serviços executados, medidos e aprovados pelo cliente e ainda não faturados são registrados no Ativo em "Serviços Executados a Futuro". Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no Balanço Patrimonial como um Passivo, na rubrica "Adiantamentos de Clientes". Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no Balanço Patrimonial como um Ativo, em "Contas a Receber de Clientes". 3.8. Redução ao Valor Recuperável de Ativos: No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus Ativos Tangíveis e Intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do Ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. A Empresa, em atendimento a NBC T 01 - Redução ao Valor Recuperável efetuou a análise do valor de recuperação do Imobilizado e do Intangível. Com base nos estudos realizados, não foram identificados Ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação. 3.9. Ajuste a Valor Presente: De acordo com a NBC T 12 - Ajuste a Valor Presente, a Empresa avaliou os Ativos e Passivos monetários sujeitos à avaliação a valor presente, também os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não foram registrados ajustes a valor presente, em face da não relevância. 3.10. Tributação: Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por base de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras sem qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos sobre vendas de serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre os serviços prestados. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Table showing tax rates (Alíquotas) for COFINS (3.00%), PIS - Programa de Integração Social (0.65%), and ISSQN (3 a 5.00%).

Os serviços prestados são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas). 3.11. Provisões: As Provisões são reconhecidas para obrigações presentes (Legal ou Presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como Provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As Provisões para o custo esperado com a garantia de obras são reconhecidas com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços e apresentadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa. 3.12. Uso de Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os Ativos, os Passivos, as Receitas e as Despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas utilizadas pela Administração da Empresa na preparação das Demonstrações Financeiras referem-se à determinação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, às vidas úteis utilizadas para depreciação dos Bens do Ativo Imobilizado, aos prazos e valores de realização de Ativos Imobilizados e às provisões para riscos e garantias. 3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Resolução do CFC, NBC TG 03 (R2), Resolução nº 1.290/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa. 4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins.

Table showing Cash and equivalents of cash for 31/12/2025 and 31/12/2024, with sub-rows for Caixa e equivalentes de caixa, Bancos conta movimento, and Aplicação financeira.

As aplicações financeiras estão efetuadas substancialmente em CDB, junto ao Banco do Brasil, lastreadas ao rendimento do CDI (compromissadas), resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor. 5. Contas a receber:

Table showing Accounts receivable for 31/12/2025 and 31/12/2024, listing various companies like Construtora Triunfo S.A., DER/PR, etc.

(I) Em 2024 houve o reconhecimento da ação de cobrança nº 0022869-14.2013.8.22.0001 no montante de R\$23.383 junto ao Estado de Rondônia, pela falta de pagamento por serviços executados oriundos do Contrato nº 083/PGE-2009. A liquidez do crédito está garantida por carta de intenção de compra de Banco de Investimento com vencimento em junho de 2026. (II) O saldo de R\$21.745 mil na Controladora refere-se à execução direta do Lote 05F (FIOL II), com medição acumulada de R\$17.418 mil em 2025 (incluindo reajustes). O montante consolidado de R\$35.825 mil inclui adicionalmente R\$14.080 mil referentes à participação proporcional da Empresa no Consórcio TT-FIOL Lote 06F-A, correspondente a serviços executados sem faturamento que totalizaram R\$19.790 mil no período. 6. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir: 6.1. Créditos com partes relacionadas:

Table showing Credits from related parties for 31/12/2025 and 31/12/2024, listing companies like THP - Holding Participações S.A., Construtora Triunfo S.A., etc.

(a) As transações com a Construtora Triunfo S/A - Em Recuperação Judicial no montante de R\$13.846 (R\$13.846 em 2024) estão registradas a longo prazo para recebimento no âmbito da Recuperação Judicial da recuperada Construtora Triunfo S/A - Em Recuperação Judicial. Conforme plano aprovado, os credores de partes relacionadas, receberão uma única parcela em janeiro de 2040 com atualização monetária pela TR + 1% ao ano e carência de 20 anos. A Administração avaliou os efeitos da atualização pela taxa efetiva, e concluiu que a apresentação do valor registrado está adequada. (b) Com o objetivo de efetivar a circulação de recursos financeiros para gerir e desenvolver as atividades dos objetos sociais da Empresa e suas controladas, as partes ajustaram diversos pactos que caracterizam a gestão de recursos financeiros em condomínio e relação contratual de conta corrente. As operações com consórcios formados com participação da Empresa são registradas em "créditos com consórcios" à medida que são efetuadas remessas de numerário e, em "obrigações com consórcios" à medida que ocorrem recebimentos. Além disso, mensalmente, as contas de resultado são refletidas pela Empresa, na proporção de sua participação, em suas correspondentes contas de resultado, com contrapartida em seu ativo ou passivo. Ao final do contrato objeto do consórcio, é efetuada a apuração de seu resultado e o consequente encerramento das contas. A Empresa mantém em 31 de dezembro de 2025 e 2024 participações em consórcios, com a finalidade exclusiva de aumentar a capacidade produtiva e operacional no desenvolvimento de projetos de interesse recíproco aos participantes. 7. Direitos Creditórios: Os direitos creditórios referem-se à obra já executada e versam sobre recuperação patrimonial ocasionada pelo atraso no pagamento das faturas e execuções contratuais junto ao órgão Público, com expectativa de realização nos próximos 05 (cinco) anos. Com base no mesmo parecer jurídico, em 2025, o montante é considerado líquido de efeitos tributários, visto que as ações são caracterizadas como danos emergentes correspondentes a recomposição do patrimônio perdido em decorrência de prejuízos causados pelo não cumprimento de cláusulas contratuais por parte de órgãos governamentais, e dessa forma não sofre incidência tributária enquanto não recebido. A Empresa participa em consórcios os quais também pleiteiam reequilíbrio contratual e futuras não pagas, portanto, está reconhecendo no seu ativo sua participação nestes processos. Em 2024, a Construtora Triunfo SA - em Recuperação Judicial cedeu a totalidade dos direitos creditórios em caráter definitivo para a Empresa, conforme instrumento particular de cessão créditos e outras avenças firmado em 01 de dezembro de 2024 referente a ação contra o Estado do Pernambuco "SERH", relativa às obras de construção da barragem de Serro Azul, na bacia do Rio Uma, em Palmares-PE, no montante de R\$27.220. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo de direitos creditórios a longo prazo é de R\$61.497 mil (R\$61.497 em 31.12.2024). 8. Contratos de Construção - Direito de Futuro: Em 2021 a Empresa firmou contrato de execução das obras e serviços de duplicação e restauração da pista existente da Rodovia PR-317 - trecho Juruáçu - Maringá no Estado do Paraná, com extensão de 21,82 km, junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, no valor total de R\$183 milhões, com prazo de duração de 720 dias. Baseado-se no que dispõe o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, a Empresa apurou as receitas relativas a este contrato, utilizando o método do percentual da margem de lucro global orçada. Esse percentual é aplicado mensalmente sobre os custos incorridos, obtendo-se a receita estimada. A diferença entre este valor e o valor faturado de acordo com os eventogramas contratuais é a receita diferida. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui R\$ 13.731 mil (R\$ 15.956 mil em 31 de dezembro de 2024) como saldo remanescente do contrato a ser faturado junto ao DER/PR (Processo nº 25.190.105-8). A redução de R\$ 2.225 mil no exercício deve-se à revisão das estimativas de custos e receitas pelo método do POC (Percentage of Completion), refletindo apenas o montante do pleito atualizado. O saldo de R\$ 13.731 mil foi reclassificado para o Longo Prazo em virtude de discussões na esfera administrativa quanto à homologação da medição final. A Administração, amparada por seus assessores jurídicos e pelo histórico dos serviços realizados, entende que o valor é integralmente recuperável, não sendo necessária a constituição de provisão para perdas em 31 de dezembro de 2025. 9. Investimentos: Os investimentos da Empresa em controladas apresentam a seguinte composição:

Table showing Investments in controlled companies for 31.12.2025 and 31.12.2024, listing companies like SCP Contorno Teresina/Plaui, SCP Itali/PR, etc.

Os investimentos em Sociedade por Conta de Participação - SCP que se encontram com patrimônio negativo continuam na próxima página -->

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table showing Operating Income (RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA), Costs of services provided (Custos dos serviços prestados), and Gross Profit (LUCRO BRUTO).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table showing Comprehensive Results, including Result of the exercise (Resultado do exercício) and Total comprehensive results (Total dos resultados abrangentes do exercício).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Table showing changes in Equity (Patrimônio Líquido) for 2025 and 2024, including Saldo em 31 de dezembro de 2023, Resultado do exercício, and Saldo em 31 de dezembro de 2025.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Empresa tem por objeto social as atividades de engenharia civil, construção em geral e montagem eletromecânica, atuando como construtora, montadora, coordenadora, supervisora, na execução por Administração, empreitada, sub empreitada, concessionária, permissionária, e demais modalidades de contratação, abrangendo a construção de estradas, terraplenagens, pavimentações, concretagens, edificações, dragagens, portos, canais, nas atividades de navegação, lacustres, fluviais e marítimas, montagens industriais, obras hidráulicas em geral, execução de linhas e redes de transmissão, telecomunicações e operação de hidrelétricas, estações elevatórias de tratamento sanitários e de infraestrutura, concessões de água e esgoto, concessão e operação de rodovias, hidrelétricas, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e demais serviços públicos, pesquisas, aproveitamento, produção e exploração de substâncias minerais, assim como as suas comercializações no mercado em geral, as atividades de exploração e execução dos serviços relativos às modalidades de limpeza urbana, compreendendo coleta de lixo, varrição, transporte, remoção e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, industriais, hospitalares e demais correlatos, de operação de aterros sanitários, incorporações e construções de imóveis próprios e de terceiros, loteamento, venda e compra de imóveis, elaboração de projetos de engenharia, assessoria e consultoria técnicas, inclusive auxiliares e complementares, locação de bens móveis e imóveis, equipamentos e maquinário, podendo realizar quaisquer atividades que se relacione ou se assemelhem aos objetivos supramencionados. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Moeda Funcional: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Não há em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de março de 2026. 2.2. Normas alterações e interpretações existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela empresa: 2026 - Alterações da IFRS 9 CPC 48 e IFRS 7 CPC 40: As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas: a) data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge, b) divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026. CPBS nºs 01 e 02/ IFRS S1 e S2: A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Contábeis CPBS nºs 01 e 02 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS. Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados nas demonstrações financeiras relativas ao período de 2026. 2027 - CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras: Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novas subcategorias e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem informações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027. Lei complementar nº 214/2025: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. Para gerar a transição tributária entre 2026 e 2033 a Administração está atentamente ajustando os processos para atendimentos aos requisitos técnicos, sistêmicos e de capacitação humana, com foco central em assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada. A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares: Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos; Regulação Setorial: Instruções específicas aplicáveis aos diversos setores incluindo o da Empresa; Operacionalização: Normas da Receita Federal. A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar procedimentos e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas. As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor. 2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, atualizado pelo valor justo, quando aplicável. 2.4. Base de consolidação: Em função da NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e NBC TG 19 (R2) - Negócios em Conjunto, equivalentes ao IFRS 10 e 11, respectivamente, as Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações, bem como os negócios em conjunto que a Empresa possui. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as joint ventures estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Em relação às operações em conjunto, estão sendo registrados os ativos, passivos, receitas, custos e despesas dos acordos sobre os quais a Empresa detém o controle. Os exercícios sociais das entidades incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade. Os principais procedimentos de consolidação são: (a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação; (b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação; (d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes. 2.5. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação e conversão das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais mil (R\$), que é a moeda funcional da Empresa e que corresponde a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. 3. Principais Práticas Contábeis: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do Ativo Imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos Ativos Financeiros pelo valor justo e pelo método de Ajuste a Valor Presente, análise do risco de crédito para determinação da Provisão para Devedores Duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outros provisões, inclusive para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de determinação das estimativas. A Empresa revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente. 3.1. Apreciação do Resultado: O Resultado das Operações (Receitas, Custos e Despesas) é apurado em conformidade com o Regime Contábil de Competência. As Receitas brutas dos serviços prestados foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento e revisões posteriores. Uma Receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente. 3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como Itens Circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como Itens Não Circulantes. 3.3. Instrumentos Financeiros Ativos: Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são representados por Fundo Fixo de Caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e Aplicações Financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, considerando de Liquidez Imediata, convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos Balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa: representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja líquido necessário, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas. Deterioração de Ativos Financeiros: Ativos Financeiros são avaliados a cada data de Balanço para identificação de eventual deterioração de Ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do Ativo Financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. 3.4. Instrumentos Financeiros Passivos: Os Passivos Financeiros da Empresa são substancialmente representados por Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo Valor Justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. 3.5. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A Depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos Bens e Direitos. Quando aplicável, o direito de uso de bens arrendados é reconhecido neste grupo, em contrapartida à conta de obrigações com arrendamentos, conforme previsto no CPC 08 (R2) - Arrendamentos, e são depreciados pelo menor período entre a vida útil-econômica dos Bens ou o prazo do contrato. 3.6. Intangível: Representado por Acervo Técnico relacionado à constituição da Sociedade. O acervo técnico é testado anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. 3.7. Reconhecimento da Receita: A Receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos. Quando os resultados de um Contrato de Construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do Contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato, exceto quando há evidências de que outro método represente melhor a fase de execução do serviço. As variações nos Custos com Mão de Obra e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável. Quando os resultados de um Contrato de Construção não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada Contrato são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais exced-



vo, foram transferidos para o passivo não circulante na rubrica "passivo a descoberto" no montante de R\$1.603 (R\$1.598 em 31.12.2024). O resultado de equivalência patrimonial no montante de R\$(5) foi registrada no resultado do exercício. A Empresa é sócia ostensiva na participação das SCP's, portanto os saldos de ativos e passivos dessas investidas são controlados separadamente e estão incorporados na contabilidade da controladora em aderência às normas contábeis aplicáveis. 10. Imobilizado:

Contas	Controladora					Totais
	Terrenos	Instalações	Veículos	Tratores/ Máquinas e equipamentos	Outras	
Imobilizado líquido em 31/12/2024	8.388	1.594	493	4.740		15.214
Custo em 31/12/2024	8.388	3.214	4.867	12.947		29.416
Aquisições	-	-	886	-	-	886
Transferência	-	-	(53)	-	-	(53)
Custo em 31/12/2025	8.388	3.214	5.700	12.947		30.248
Depreciação Acumulada em 31/12/2024	-	(1.620)	(4.375)	(8.207)		(14.202)
Depreciação	-	(126)	(758)	(1.188)		(2.072)
Transferência	-	-	53	-		53
Depreciação Acumulada em 31/12/2025	-	(1.746)	(5.080)	(9.394)		(16.220)
Imobilizado líquido em 31/12/2025	8.388	1.468	620	3.552		14.028

Demonstrado ao custo histórico de aquisição e construção, os imobilizados são depreciados com base no método linear e com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens. A seguir o ativo imobilizado remanescente da Empresa em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Terrenos	Controladora				31/12/2024
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Terrenos	8.388	8.388	8.388	8.388	8.388
Instalações	13 a 17	3.214	(2)	3.212	1.594
Veículos	20 a 25	5.700	(5)	5.695	493
Tratores/ Máquinas e equipamentos	10 a 50	12.947	(9)	12.937	4.740
		30.248	(16)	30.232	15.214

A Empresa efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que estes ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. 11. Intangível: Os ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação, a vida útil dos ativos intangíveis da Empresa é por tempo indeterminado, pois gerarão fluxos de caixa líquido positivo por tempo indeterminado. Os valores utilizados na adoção foram calculados por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito do know-how, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Empresa. O valor apurado foi de R\$26.468, registrado no ativo intangível em dezembro de 2017. Em 07 de junho de 2023 a TIISA – Infraestrutura e Investimentos S.A – Em Recuperação Judicial aportou R\$5.300 de novos acervos conforme Laudo de Avaliação emitido por peritos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo de acervos técnicos da Empresa é de R\$29.072 mil. Na análise do valor recuperável dos ativos intangíveis e ativo imobilizado, não foram identificados valores menores que os saldos contabilizados. O valor recuperável foi determinado por meio de cálculo do valor justo a partir de estimativas aprovadas pela Administração que consideram as seguintes premissas: utilização da taxa de desconto de 11,5% (WACC), crescimento nominal médio da receita de 9% entre 2026 a 2031, considerando perpetuidade de 2032 em diante e 34% de impostos sobre renda. Como resultado dessa análise, não há perda a ser registrada por redução ao valor recuperável. 12. Fornecedores: O saldo de contas a pagar com fornecedores não rende juros e são geralmente liquidadas em prazos de 30 dias.

Fornecedores Gerais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Gerais	(14.286)	(10.692)	(23.378)	(21.837)
Fornecedores Serviços	(486)	(106)	(594)	(107)
	(14.772)	(10.798)	(23.972)	(21.944)

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possuía em rubrica de Adiantamento a Fornecedor o saldo de R\$6.919 (R\$4.533 em 31.12.2024) e no consolidado R\$8.195 (R\$5.860 em 31.12.2024), o qual deverá ser compensado no exercício de 2026. 13. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos contratados possuem características de capital de giro e ocorreram na medida em que a Empresa necessitou de fluxos de caixa. Estão garantidos por alienação fiduciária, avais dos acionistas e recebíveis de contratos.

Banco Guanabara	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco Guanabara	21,70% a 22,42% a.a	(1.811)	(18.052)	(18.052)
Banco Planner	33,60% a.a	-	(49)	(49)
Banco Taipa UY3	2,06% a.m	(22)	-	-
Banco Paulista	12,00% a 13,80% a.a	(3.201)	(7.363)	(7.363)
Total de empréstimos		(5.112)	(25.485)	(25.485)

Banco Planner	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco Planner	(13.057)	(9.062)	(13.057)	(9.062)
Banco C6 S.A	(471)	(11.422)	(471)	(11.422)
Banco Fanti	(3.488)	-	(3.488)	-
Banco Guanabara	(5.310)	-	(5.310)	-
Total de notas comerciais (I)	(22.326)	(20.484)	(22.326)	(20.484)

Total empréstimos e notas comerciais (27.438) (45.969) (33.658) (45.969)

Passivo Circulante (27.438) (45.969) (33.658) (45.969)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos: Saldo em 31/12/2024 (45.969)

Emissão Notas Escriturais/Promissórias	Controladora e Consolidado			
	Saldo	Valor	Juros	Saldo
Captações				(174.132)
Amortizações				204.539
Juros apropriados				(11.876)
Saldo em 31/12/2025				(27.438)

(i) Em 31 de dezembro de 2025 as notas comerciais estão assim representadas:

Emissão Notas Escriturais/Promissórias	Controladora e Consolidado			
	Saldo	Valor	Juros	Saldo
Instituição				
Vencimento				
Encargos				
31/12/2024				
Principal				
Incorridos				
31/12/2025				

Aos Administradores e Colistas da TCE Engenharia Ltda. Curitiba - PR - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TCE Engenharia Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TCE Engenharia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Valores a receber junto aos órgãos públicos:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Empresa possui valores a receber no ativo não circulante, oriundos de ações judiciais e relacionadas a contratos de empreitada de obras já concluídas junto a órgãos públicos, no montante de R\$ 61.497 mil em 2025 (R\$ 61.497 mil em 2024). A Administração da Empresa, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e, também, com relação à expectativa de recebimento. **Incerteza quanto ao recebimento de créditos perante o DER/PR:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 8 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a composição do saldo de R\$ 13.731 mil registrado no Ativo Não Circulante, referente a pleitos de medição final junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Conforme mencionado na referida nota, o montante está sendo objeto de contestação na esfera administrativa (Processo nº 25.190.105-8), existindo incerteza quanto ao desfecho final e ao prazo de realização desses créditos. **Créditos com parte relacionada:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.1 (a), a Empresa detém o montante R\$13.846 no ativo não circulante referente a recebíveis da Construtora Triunfo S/A – Em Recuperação Judicial, pre-

Cessão Fiduciária de Banco Guanabara 13/03/2026 + 0,70% a.m

100% CDI-CETIP	13/03/2026	+ 0,70% a.m
-	14.160	(8.850)
	20.484	85.687
	11.201	(95.046)
	20.484	22.326

Passivo circulante Passivo não circulante

(a) Em 2024 foram emitidas junto ao Banco Planner 21.794 de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, com cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e outras avencas, tendo valor nominal unitário de R\$1.000. Estas Notas Comerciais com garantia fiduciária, foram 100% captadas e liquidadas em 2025. (b) Em setembro de 2024, a Empresa assinou contrato com o Banco C6 S.A, também, para emissão de notas comerciais escriturais em série única com aval da sócia THP – Triunfo Holding de Participações S.A. Foram captadas 24 Notas comerciais ao valor unitário de R\$500.000 (quinhentos mil reais), totalizando R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais). A remuneração das Notas comerciais captadas será de 100% do CDI + 6,1678% ao ano. O pagamento ocorrerá em 13 parcelas, sendo a última delas programada para 17/10/2025. Em 2025 a empresa assinou contratos com o Banco Planner S.A, Fanti Capital Securitizadora S.A e Banco Guanabara S.A para emissão de novas notas comerciais escriturais em série única com aval da sócia THP – Triunfo Holding de Participações S.A. • Banco Planner S.A: foram captadas 9 (nove) notas comerciais totalizando R\$62.180.810 (sessenta e dois milhões, cento e oitenta mil e oitocentos e dez reais), das quais 6 foram quitadas e 3 estão em aberto para liquidação, sendo a última parcela programada para 25/03/2026. As remunerações das notas comerciais serão de 1,75% a.a + 2,50% a.m. • Fanti Capital Securitizadora S.A: foram captadas 3 (três) notas comerciais totalizando R\$ 5.700.000 (cinco milhões e setecentos mil reais). A remuneração das Notas comerciais captadas será de 34,4888% a.a. para a 1ª Nota Comercial e 30,3124% a.a. para as demais. Os pagamentos ocorrerão em 3 e 6 quotas, sendo a última parcela programada para 15/04/2026. • Banco Guanabara S.A: foi captada 1 (uma) nota comercial totalizando R\$14.160.000 (quatorze milhões, cento e sessenta mil reais). A remuneração da nota comercial será de 100% CDI-CETIP + 0,70% a.m. Os pagamentos ocorrerão em 8 parcelas, sendo a última programada para 13/03/2026. 14. Salários e Encargos Trabalhistas:

Salários e ordenados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	(1.327)	(1.150)	(1.847)	(2.133)
Encargos e Contribuições trabalhistas	(4.630)	(8.650)	(6.519)	(12.742)
Provisões Férias/13.salário e encargos	(1.782)	(2.664)	(2.341)	(3.637)
Outros	(1.555)	(681)	(2.237)	(1.259)
	(9.294)	(13.044)	(12.944)	(19.771)

15. Obrigações tributárias correntes

IRRF retido de terceiros	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF retido de terceiros	(287)	(672)	(768)	(861)
INSS sobre salários	(2.313)	-	(3.612)	-
IRPJ a recolher	-	(34)	-	(34)
CSLL a recolher	-	(16)	-	(16)
PIS a recolher	(300)	(740)	(300)	(1.141)
COFINS a recolher	(1.385)	(3.429)	(1.385)	(5.281)
ISS a recolher	(1.540)	(1.229)	(1.907)	(1.965)
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	(195)	(99)	(279)	(182)
INSS retido de terceiros	(46)	(35)	(168)	(372)
Outros impostos	(194)	(92)	(407)	(96)
	(6.260)	(6.345)	(8.826)	(9.940)

16. Parcelamentos: Em dezembro de 2025 a empresa possuía parcelamentos em andamento, no montante de R\$46.702 (R\$30.040 em 31.12.2024) e consolidado R\$62.530 (R\$37.619 em 31.12.2024), distribuídos principalmente entre parcelamentos simplificados junto à Receita Federal do Brasil relativos a demais débitos e previdenciários, e no âmbito da PGNFN parcelamentos previdenciários relativos a transação excepcional de que trata a Lei 13.988/2020, com aproveitamento de redução de multa, juros e honorários. Todos os parcelamentos estão sendo pagos regularmente.

Demais débitos Previdenciários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Demais débitos Previdenciários	(15.348)	(12.061)	(17.100)	(12.061)
Parcelamentos na RFB	(27.256)	(17.512)	(40.987)	(24.962)
	(42.604)	(29.573)	(58.087)	(37.023)

Demais débitos Previdenciários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Demais débitos Previdenciários	(1.853)	(1.977)	(2.188)	(596)
Parcelamentos na PGNFN	(2.070)	(466)	(4.165)	(656)
	(3.923)	(2.443)	(6.353)	(1.252)

FGTS (103) (103) ISS (175) (175) Parcelamentos Outros (175) (278)

Total de Parcelamentos (46.702) (30.040) (62.530) (37.619)

Passivo circulante (9.324) (7.759) (12.811) (9.632)

Passivo não circulante (37.378) (22.281) (49.719) (27.987)

Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento dos saldos não circulante tem o seguinte cronograma:

2027	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2027	(9.318)	(13.120)	(9.318)	(13.120)
2028	(9.652)	(12.496)	(9.652)	(12.496)
2029	(9.652)	(12.484)	(9.652)	(12.484)
2030	(9.950)	(11.619)	(9.950)	(11.619)
Total	(37.378)	(49.719)	(37.378)	(49.719)

17. Adiantamento de clientes: Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa possuía em rubrica de Adiantamento de Clientes o saldo de R\$9.445 (R\$11.088 em 31.12.2024) e no consolidado R\$13.274 (R\$11.088 em 31.12.2024), o qual deverá ser liquidado em 2027 e 2028.

Concebra Transbrasiliana	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Concebra Transbrasiliana	(9.445)	(7.806)	(9.445)	(7.806)
Outros	-	(3.282)	(400)	(400)
	(9.445)	(11.088)	(13.274)	(11.488)

Passivo circulante (9.445) (11.088) (13.274) 11.488

Passivo não circulante (9.445) (11.088) (13.274) 11.488

18. Imposto de renda e contribuição social correntes: A Empresa utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real, calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. A alíquota do imposto de renda e da contribuição social para 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada conforme reconciliação a seguir:

Calculados à Alíquota Efetiva:	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.330	26.954
Alíquota nominal - %	34%	34%
IR/CS pela alíquota nominal	4.872	9.164

Adições Excluídas	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Adições Excluídas	11.623	2.118
Efeitos de adições (excluídas) não dedutíveis, líquidas	(25.992)	(30.493)
	(14.369)	(28.375)

Total base de cálculo (40) (1.421)

19. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 2025 e 2024 é de R\$77.037 mil, representado por 77.037 quotas em 2025 e 2024, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A composição societária em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada a seguir:

Sócios	Nº. Quotas Detidas	Valor	%
THP - Holding Participações S.A.	77.037	R\$ 77.037	100,00%
Total	77.037	R\$ 77.037	100,00%

b) Ajuste de avaliação patrimonial: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o ajuste de avaliação patrimonial é de R\$4.548 composto de reserva de reavaliação constituída em 2006, o qual deve ser mantido até a sua efetiva realização, pela venda ou alienação dos bens reavaliados. c) Reserva legal: Constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$4.199 (R\$3.483 em 31.12.2024.) d) Reserva de lucros a realizar: O lucro remanescente, após a constituição da reserva legal, terá a destinação que for aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo acumulado da reserva de lucros a realizar é de R\$79.791 (R\$66.178 em 31.12.2024) e) Distribuição de lucros: Os lucros são distribuídos de acordo com a participação de cada um dos sócios, de acordo com Assembleia Geral. 20. Receita líquida de venda

Receita dos serviços prestados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita dos serviços prestados	119.473	134.646	119.473	134.777
Receita de consórcios (Nota 25)	34.951	91.662	34.951	91.662

Relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1BC0-D979-37A8-92C9> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1BC0-D979-37A8-92C9



Hash do Documento

F05F472D69C4E72BDC158D9B3C502FADD0902E93BFC683F7AD88D21057D48B4A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2026 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 76.637.305/0001-70
em 30/03/2026 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.16

AC: AC SAFEWEB RFB v5

